

13

Série

Lado A e lado B do rio Itapemirim: conflitos e contradições em Cachoeiro de Itapemirim-ES

Tamiris Carvalho Marchiori

Priscila de Souza Chisté Leite

Dilza Côco



Edifes
Acadêmico

Gepech
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Educação na Cidade e Humanidades



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo
Campus Vitória

Lado A e lado B do rio Itapemirim: conflitos e contradições em Cachoeiro de Itapemirim-ES

Tamiris Carvalho Marchiori
Priscila de Souza Chisté Leite
Dilza Côco

Vitória - ES
2023



Edifes
Acadêmico

Gepech
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Educação na Cidade e Humanidades



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo
Campus Vitória



Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

R. Barão de Mauá, nº 30 – Jucutuquara
29040-689 – Vitória – ES
www.edifes.ifes.edu.br | editora@ifes.edu.br

Reitor: Jadir José Pela

Pró-Reitor de Administração e Orçamento: Lezi José Ferreira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Luciano de Oliveira Toledo

Pró-Reitora de Ensino: Adriana Piontkovsky Barcellos

Pró-Reitor de Extensão: Lodovico Ortlieb Faria

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: André Romero da Silva

Coordenador da Edifes: Adonai José Lacruz

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HUMANIDADES – PPGEH - IFES – CAMPUS VITÓRIA

HUDSON LUIZ CÔGO
Diretor Geral

LUCIANO LESSA LORENZONI
Diretor de Ensino

TELMA CAROLINA SMITH
Diretora de Extensão

ROSENI DA COSTA SILVA PRATTI
Diretora de Administração

ANDRÉ GUSTAVO DE SOUSA GALDINO
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

NELSON MARTINELLI FILHO
Coordenador do PPGEH

DILZA CÔCO
Vice-Coordenadora do PPGEH

Conselho Editorial

- * Aline Freitas da Silva de Carvalho * Aparecida de Fátima Madella de Oliveira
- * Eduardo Fausto Kuster Cid * Felipe Zamborlini Saiter * Filipe Ferreira Ghidetti.
- * Gabriel Domingos Carvalho * Jamille Locatelli * Marcio de Souza Bolzan
- * Mariella Berger Andrade * Ricardo Ramos Costa * Rosana Vilarim da Silva
- * Rossanna dos Santos Santana Rubim * Viviane Bessa Lopes Alvarenga.

Conselho Científico

Antonio Donizetti Sgarbi
Priscila de Souza Chisté

Revisão de texto: Cinthia Belonia

Projeto gráfico: André Luiz Batista Gonçalves

Diagramação: André Luiz Batista Gonçalves

Capa: André Luiz Batista Gonçalves

Imagem de capa: Tamiris Carvalho Marchiori

Produção e divulgação: PPGEH / Ifes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

M316L Marchiori, Tamiris Carvalho.

Lado A e lado B do rio Itapemirim [recurso eletrônico] : conflitos e contradições em Cachoeiro de Itapemirim-ES / Tamiris Carvalho Marchiori, Priscila de Souza Chisté, Dilza Côco. – 1. ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, 2023.

113 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-8263-717-3 (E-book)

1. Educação – Filosofia. 2. Ensino – Meios auxiliares – Aspectos sociais. 3. Cidades e vilas – Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Estudo de casos. 4. Segregação urbana – Cachoeiro de Itapemirim (ES) – História. 5. Professores – Formação. 6. Humanidades. I. Leite, Priscila de Souza Chisté. II. Côco, Dilza. III. Instituto Federal do Espírito Santo. IV. Título.

CDD 21 – 370.1

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES – 656
DOI: 10.36524/978-85-8263-717-3

Este livro foi avaliado e recomendado para publicação por pareceristas ad hoc.
Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Brasil.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Nível de Ensino a que se destina o produto: Educação Básica

Área de Conhecimento: Ensino

Público-Alvo: Professores da Educação Básica

Categoria deste produto: Material Didático/Instrucional (PTT1)

Finalidade: Auxiliar professores em suas práticas educacionais com propostas pedagógicas contra hegemônicas na cidade.

Organização do Produto: O produto foi estruturado a partir de quatro seções e seis subseções com o objetivo que apresentar o conteúdo do produto de forma organizada e prática.

Registro de Propriedade Intelectual: Ficha Catálográfica com ISBN e Licença Criative Commons (Educapes). (ISBN: 978-85-8263-717-3)

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Divulgação: Meio digital.

URL: Produto disponível no site do PPGEH: <https://ppgeh.vitoria.ifes.edu.br/index.php/producao-academica>; no site do Gepech: <https://gepech.wordpress.com/dissertacoes-e-materiais-educativos/>

Processo de Validação: Validado na banca de defesa da dissertação.

Processo de Aplicação: Aplicado junto aos participantes do Gepech por meio de roda de conversa virtual sobre o Produto Educacional. A validação contou com a participação dos membros do Gepech.

Impacto: Este produto educacional possui médio impacto já que foi aplicado junto professores integrantes do Gepech, mas não foi transferido para segmentos da sociedade como professores em sistemas de ensino.

Inovação: Este produto educacional possui alto teor inovativo, já que apresenta conhecimento inédito sobre Cachoeiro do Itapemirim – ES.

Origem do Produto: Trabalho de Dissertação intitulado "Educação na Cidade: conflitos e contradições na Avenida Beira Rio, na Ilha da Luz e na Avenida Carlos Lindenberg em Cachoeiro de Itapemirim-ES", desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades do IFES.

TAMIRIS CARVALHO MARCHIORI

MARCHIORI, Tamiris Carvalho; LEITE, Priscila de Souza Chisté; CÔCO, Dilza. Lado A e lado B do rio Itapemirim: conflitos e contradições em Cachoeiro de Itapemirim-ES. Vitória: Ifes, 2022. 113 p. (Material educativo para professores).

Produto Educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades.

Aprovado em 21 de março de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA



Doutora Sandra Soares Della Fonte
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Membro Interno
(Telepresença: Portaria N° 783 de 19/11/2021 -
Campus Vitória)



Doutor Adilson Silva Santos
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Externo
(Telepresença: Portaria N° 783 de 19/11/2021 -
Campus Vitória)



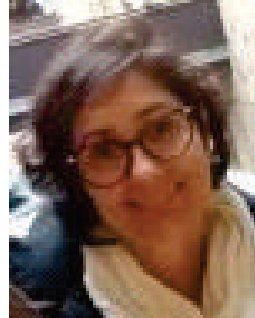
Doutor Rafael Faleiros de Pádua
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Membro Externo
(Telepresença: Portaria N° 783 de 19/11/2021 -
Campus Vitória)

AS AUTORAS



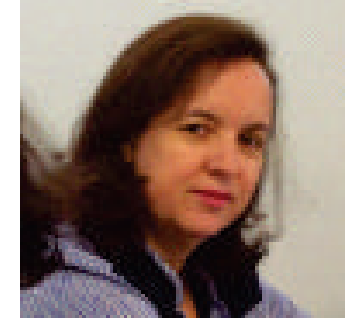
Tamiris Carvalho Marchiori

Licenciada em História (Centro Universitário São Camilo-ES), bacharel em Direito (Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim-FDCI). Mestre em Ensino de Humanidades (Instituto Federal do Espírito Santo-IFES), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech-Ifes) e professora de História na Rede Estadual de Ensino em Cachoeiro de Itapemirim-ES.



Priscila de Souza Chisté Leite

Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Educação Artística pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Letras pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Atividade Pedagógica (Gepape - USP)



Dilza Côco

Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Atividade Pedagógica (Gepape - USP).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
INTRODUÇÃO	15
I CONHECENDO OS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO NA CIDADE, DIREITO À CIDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	18
II CONTEXTUALIZANDO OS LADOS A E B	23
O lado A: Avenida Beira Rio	24
O lado B: Ilha da Luz e Avenida Carlos Lindenberg	49
O rio Itapemirim	57
III APRESENTANDO OS CONFLITOS E AS CONTRADIÇÕES	60
Considerações sobre os conflitos e as contradições	90
IV VIAGEM FORMATIVA	92
Viagem Formativa 1: Avenida Beira Rio	93
Viagem Formativa 2: Ilha da Luz e Avenida Carlos Lindenberg	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	110

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino

Olá, sejam bem vindos! Este é um produto educacional direcionado a educadores, sobretudo os que atuam na EEEFM “Professora Inah Werneck”, e à comunidade em geral de Cachoeiro de Itapemirim. Tal produto foi desenvolvido tendo como base a dissertação de mestrado intitulada “Educação na Cidade: conflitos e contradições na Avenida Beira Rio, na Ilha da Luz e na Avenida Carlos Lindenberg em Cachoeiro de Itapemirim-ES”, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (Ppgeh), ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Vitória.

Tanto a elaboração da dissertação, quanto a do produto educacional, foram orientadas pela da Prof.^a Dr.^a Priscila de Souza Chisté Leite e pela co-orientação da Prof.^a Dr.^a Dilza Côco, coordenadoras do Gepech (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades). O Gepech desenvolveu o conceito de Educação na Cidade como forma de pensar estratégias contra hegemônicas de explorar potencialidades educativas na cidade. Utilizamos esse conceito como norteador para realizar a produção deste material educativo. Nesse sentido, de acordo com Côco, Della Fonte e Leite (2019, p. 61),

[...] Educar na Cidade implica mais do que uma simples maquiagem, embelezamento oriundo de ações instituídas por organizações, as quais não visam contribuir para o conhecimento da realidade. Cabe pensar e implementar, pela

via de uma educação prioritariamente pública, formas de promover o desvelamento dos espaços citadinos, muitas vezes configurados para reproduzirem a sociedade desigual na qual vivemos. Essas contradições precisam ser reveladas por meio de uma educação que empodere os sujeitos e os impulsione a criarem, de forma coletiva, os meios para transformar as condições de exploração em que estão hodiernamente submetidos.

O Gepech possui três objetivos de acordo com as pesquisas. Segundo Chisté, Côco e Della Fonte (2018, p. 26):

1. Discutir relações entre a cidade e a educação a partir de áreas do conhecimento ligadas às humanidades;
2. Planejar, executar e avaliar formações de professores da educação básica que contribuam com reflexões sobre os espaços da cidade;
3. Sistematizar materiais educativos que discutam e apresentem propostas relacionadas com a cidade.

Ainda segundo o Gepech, existem três tipos de abordagens investigativas. São elas:

- (1) abordagem que fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas (viagens formativas) e de estudos sobre esses locais;
- (2) abordagem que promove o estudo sobre a cidade, estimulando a compreensão de diferentes versões sobre o seu processo histórico de transformação, inferindo sobre os aspectos ideológicos de cada uma delas; e
- (3) abordagem que contempla o estudo das diferentes representações criadas e inspiradas pela vida na cidade, tais como pinturas, filmes, propagandas, músicas, poesias, romances etc., pois a partir de diferentes obras de arte é possível revelar modos de compreensão da cidade, sejam eles hegemônicos ou contra-hegemônicos (CÔCO, DELLA FONTE, LEITE, 2019, p. 63).

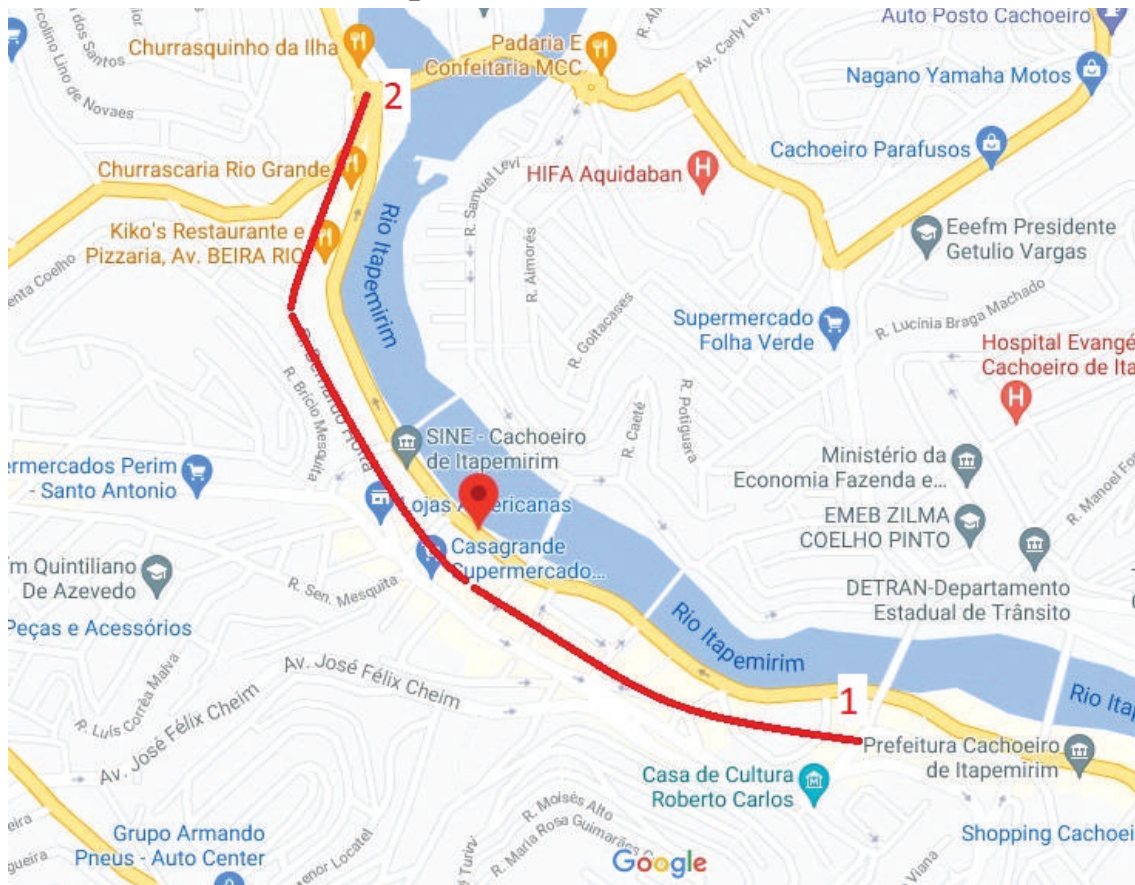
Cabe ressaltar que nossa pesquisa se aproxima mais do primeiro tipo de abordagem. Contudo, tangenciaremos também as outras por considerarmos que elas se complementam.

Nos apropriamos do objetivo geral da dissertação para delinear o objetivo do material educativo. Quanto à dissertação, elencamos como objetivo geral: em criticar o processo de segregação socioespacial que ocorre nos lados A e B em Cachoeiro de Itapemirim, sobretudo na Avenida Beira Rio, na Ilha da Luz e na Avenida Carlos Lindenberg. Adaptamos tal objetivo para o material educativo no sentido de utilizá-lo para propor estratégias pedagógicas com base no conceito de Educação na Cidade desenvolvido pelo Gepech. A escolha desses locais se deve ao fato de estarem situados próximos à escola Inah Werneck, no bairro Aquidaban, onde atuo como professora de História. A proximidade com a escola nos fez pensar que em um processo formativo de professores, conseguiríamos desenvolver percursos a pé por esses espaços, e que nesses percursos poderíamos despertar olhares que cuidassem de perceber os conflitos e as contradições implícitos e explícitos neles.

Considerando a localização dos espaços escolhidos, decidimos dividi-los em dois lados, sendo o lado A composto pela Avenida Beira Rio, área de valorização imobiliária; e o lado B, onde localizamos o parque da Ilha da Luz e a Avenida Carlos Lindenberg, áreas periféricas da cidade. A Avenida Beira Rio, lado A, tem a maior parte de sua extensão localizada no bairro Guandu, enquanto a menor parte está no bairro Centro. No mapa 1 vemos a Avenida Beira Rio demarcada pela linha em vermelho. O número 1 representa o começo da Avenida, na Ponte de Ferro Demisthóclides Baptista, situada no Centro. O número 2 sinaliza o final da Avenida, na Ponte Guadalajara, bairro Ilha da Luz. O número 3 aponta a localização da escola Inah Werneck.

Apesar deste material educativo ter sido produzido por três autoras, peço permissão aos leitores para, algumas vezes, me apresentar em primeira pessoa (Tamiris), quando, por exemplo, me refiro à escola onde leciono como professora de História.

Mapa 1 – Avenida Beira Rio



Fonte: Google Maps, 2021.

Podemos notar, a partir da observação do mapa acima, que há cinco pontes que ligam os dois lados do rio Itapemirim. Seguindo do bairro Centro até o bairro da Ilha da Luz, são elas: Ponte de Ferro, Ponte Governador Bley, Ponte Juscelino Kubitschek, Ponte Rosalina Depoli e Ponte Guadalajara. Dentre elas, apenas a Ponte de Ferro está localizada no bairro Centro, enquanto as demais, no bairro Guandu, exceto a Ponte Guadalajara, que está situada no bairro Ilha da Luz.

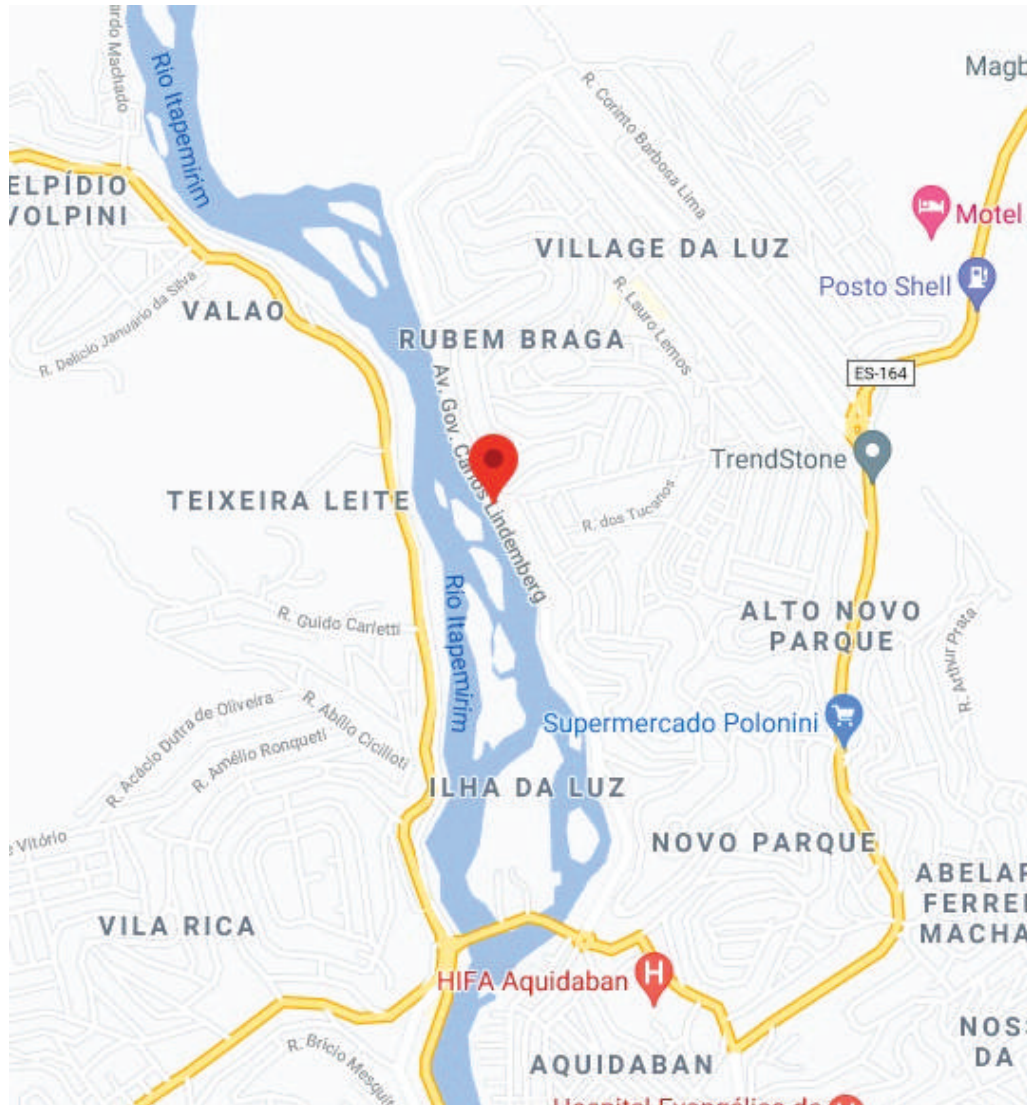
Mapa 2 – Bairro Ilha da Luz em Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: Google Maps, 2021.

No lado B do rio Itapemirim encontramos a região da Ilha da Luz (localizada dentro do bairro de mesmo nome) e a Avenida Carlos Lindenberg, que começa no limite entre os bairros Aquidaban e Novo Parque, e vai até o bairro Rubem Braga. No mapa 2, vemos os limites do bairro Ilha da Luz sinalizado em vermelho. Escolhemos para explorar apenas a parte que corresponde à Ilha da Luz, denominada Parque Camilo Cola, sinalizado com o número 1. O acesso ao parque se dá através da Ponte Guadalajara, sinalizada com o número 2. O número 3 é onde está localizada a escola Inah Werneck.

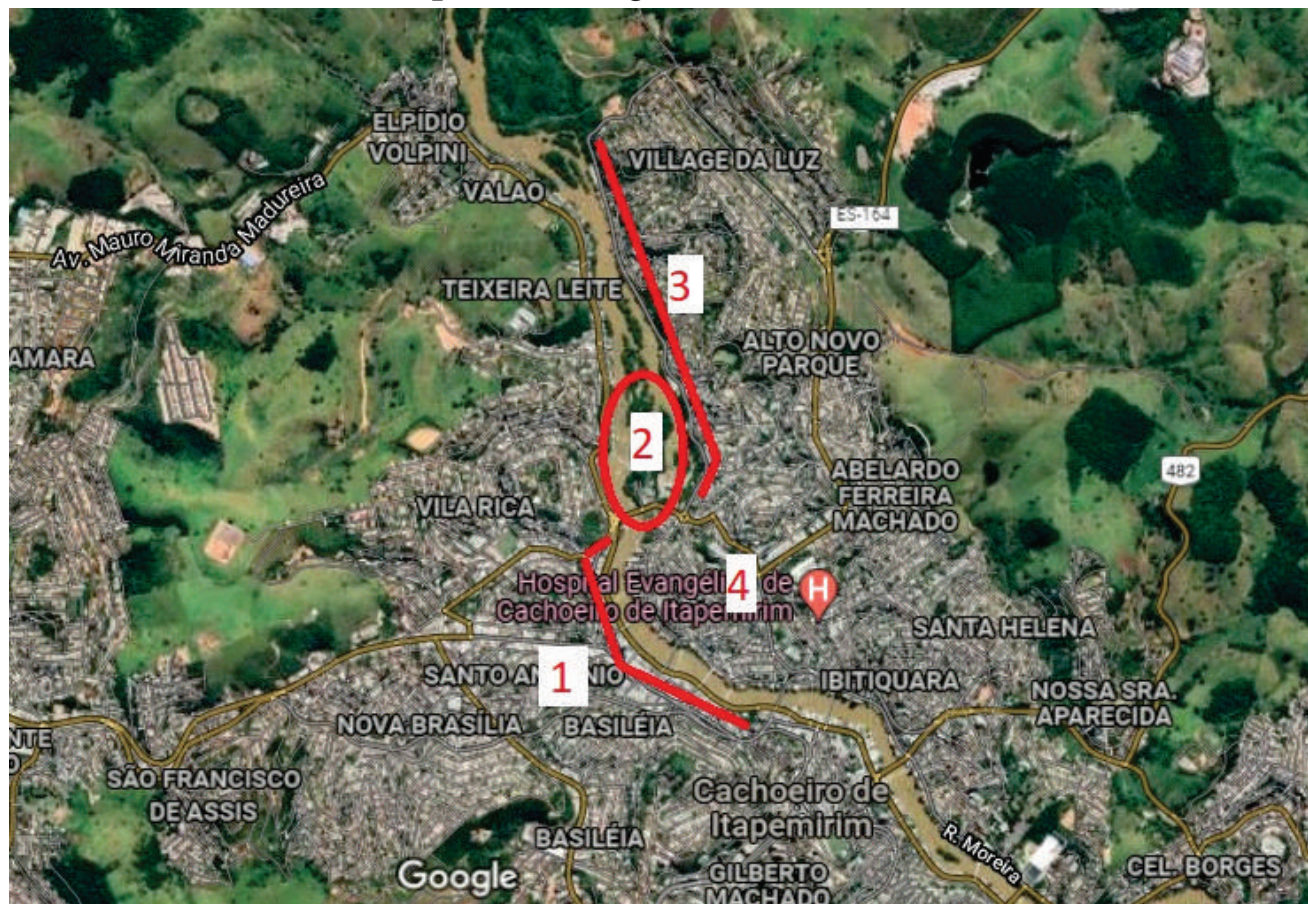
Mapa 3 – Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: Google Maps, 2021.

No mapa 3 podemos ver a Avenida Carlos Lindenberg, que segue margeando o rio Itapemirim pela direita. Os números 1 e 2 representam os seus extremos, sendo o 1 o seu início, na Praça Gastão Pim, bairro Aquidaban, e o número 2, seu ponto final, no bairro Rubem Braga.

Mapa 4 – Visão geral dos lados A e B



Fonte: Google Maps, 2021.

Através de uma visão mais ampla, mostramos no mapa 4 os três espaços que compõem os lados A e B sinalizados com os números 1 - Avenida Beira Rio, 2 - Ilha da Luz, 3 - Avenida Carlos Lindenberg e 4 - escola Inah Werneck.

Uma vez apresentados os lados A e B, salientamos que o objetivo geral do material educativo é o de criticar o processo de segregação socioespacial que ocorre nesses dois lados, a fim de contribuir com práticas contra hegemônicas que explorem o potencial educativo da cidade.

Para alcançarmos esse objetivo, percorremos algumas etapas buscando problematizar o Direito à Cidade em Cachoeiro de Itapemirim, conceito cunhado pelo sociólogo francês Henri Lefebvre. Portanto, realizamos investigações com fontes documentais para entendermos o processo de formação histórica da Avenida Beira Rio, da Ilha da Luz e da Avenida Carlos Lindenberg. Além disso, recorremos a entrevistas com pessoas que nos ajudaram a entender os processos de constituição desses espaços até os dias atuais. Por fim, fizemos o reconhecimento e mapeamento desses locais com um olhar que cuidasse de enxergar suas potencialidades educacionais, para que pudéssemos, enfim, compartilhar nossas descobertas com outros educadores e demais interessados em uma leitura crítica da cidade. Vale ressaltar que o que encontramos sobre a história de Cachoeiro de Itapemirim não foi suficiente para conhecermos de forma aprofundada o processo de formação dos espaços que escolhemos estudar. Podemos dizer que a historiografia local é escassa, escrita por homens, em geral do início do século XX e, por isso, carregam consigo intenções de suas épocas. Apesar disso, esses autores realizaram obras muito importantes para a preservação da história da cidade. Entre eles, destacamos os seguintes autores: Antônio Marins (1920), Manoel Maciel (1999), Levy Rocha (1977), Evandro Moreira (2004) e Adilson Santos (2012). De forma secundária e complementar, consultamos alguns registros em jornais antigos.

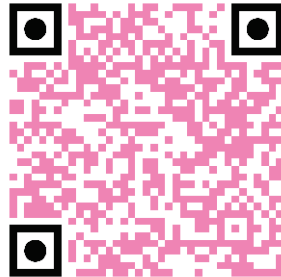
Ao idealizarmos este material educativo, pensamos em desenvolver algo que pudesse contribuir para um diálogo crítico e ao mesmo tempo sensível sobre os espaços que elencamos como Iócus (lado A e lado B); algo que pudesse estabelecer uma ponte entre a escola e a cidade, dois ambientes que se encontram distantes, tanto pelas barreiras físicas, quanto pelas simbólicas. Pretendemos aproximá-los através do elo que é a cidade, com suas configurações arquitetônicas, diversidade de costumes, de ambientes naturais, de signos e de histórias. Esperamos fomentar a curiosidade de educadores, estudantes e comunidade em geral pela interpretação e apropriação da cidade como palco para vivências educacionais coletivas.

Quem conhece uma cidade conhece todas, porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto a natureza do lugar o permita.

Thomas Morus

Minha ligação com a produção deste material decorre da minha história de vida, que começa em Cachoeiro de Itapemirim, cidade onde nasci e onde atuo profissional e academicamente. Lembro que desde muito nova a cidade me chamava atenção, seja pela disposição das ruas e casas, que me levava a pensar o motivo de tais formas e padrões, seja pelas construções centenárias que me inspiravam imaginar quem já havia passado por elas, ou pela contemplação dos seus espaços naturais, que por si só já são dignos de apreciação.

À medida que ia crescendo, surgiam novas descobertas, e novas formas de explorar a cidade me eram apresentadas, bem como novas percepções sobre as criações humanas que eu via se materializarem nela. Com o tempo, também passei a me questionar sobre como nos relacionávamos com a natureza que nos rodeava, e que era pouco a pouco engolida pelo concreto do asfalto, encoberta pelos edifícios, muros e fios. O cantor cachoeirense Sérgio Sampaio compôs uma canção que reflete um pouco essa visão sobre a cidade e o seu crescimento, chamada D. Maria de Lourdes, em homenagem à sua mãe. Melancólica e poeticamente, questiona a forma urbana de viver de seu tempo. Sugerimos a sua escuta, através do Qr Code ao lado.



Começava, então, a abandonar a mera contemplação da cidade para assumir uma postura mais questionadora da realidade que me cercava. Um exemplo dessa mudança de percepção ocorreu com relação ao rio Itapemirim e a observação de suas fases, reguladas pelas estações do ano. Durante o verão, a água do rio apresenta cor amarronzada, devido às cheias provocadas pelas intensas chuvas. Uma vez que o rio Itapemirim possui nascente na região serrana do Espírito Santo, mais precisamente na região do Caparaó, em seu percurso até chegar à Cachoeiro, vem trazendo todo tipo de vestígios decorrentes das enxurradas provocadas pelas chuvas de verão. Durante o inverno e a primavera, por sua vez, as águas do Itapemirim ficam límpidas, quase que cristalinas, pois há pouca movimentação de sua correnteza, e chuvas menos torrenciais. As figuras 1 e 2 mostram fotografias do rio Itapemirim em duas estações, no outono e no verão. Elas representam duas formas de olhar a cidade através da perspectiva da natureza e seus ciclos.

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Pescador no rio Itapemirim na altura do bairro Baiminas



Fonte: acervo da autora, outono 2019.

Figura 2 – Cheia do Itapemirim vista a partir da Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, verão de 2021.

Observando as duas fotografias, indagamos sobre como o rio Itapemirim se apresenta à cidade e aos cidadãos em dois momentos diferentes. Além de pensarmos sobre como o rio pode servir à população durante as estações, sendo durante o inverno e a primavera mais utilizado por pescadores, por exemplo. Percebemos que quando há cheias, a postura popular é de negação, repulsa, uma vez que as enchentes causam inúmeros prejuízos materiais.

Para pensar nessas e em outras questões, adotamos um referencial teórico com viés crítico, com base no materialismo histórico-dialético. Destacamos, entre os autores que escolhemos, o sociólogo francês Henri Lefebvre e a professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Usp), Ana Fani Carlos, além de produções internas do Gepech.

A partir desse horizonte, anunciamos as seções do material educativo. Intitulamos o primeiro capítulo de “Conhecendo os conceitos de Educação na Cidade, Direito à Cidade e Segregação Socioespacial”, no qual apresentaremos tais conceitos que norteiam nosso estudo. O segundo capítulo se chama “Contextualizando os lados A e B”, onde expomos a configuração histórica e atual dos lados A e B. O terceiro capítulo chamamos “Apresentando os conflitos e as contradições”, no qual evidenciamos os conflitos e as contradições aparentes e encobertos que permeiam os dois lados, elencando-os e problematizando-os. O quarto capítulo, “Viagem Formativa”, consiste na conceituação desse termo e apresentação dos roteiros de Viagens Formativas que compartilharemos como propostas de caminhadas mediadas pelos lados A e B.

CONHECENDO OS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO NA CIDADE, DIREITO À CIDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Ítalo Calvino

Educação na Cidade e Direito à Cidade são os dois conceitos norteadores das ações propostas neste material educativo. O primeiro, criado pelo Gepech, trata-se de uma estratégia educacional contra hegemônica que visa integrar cidade e escola. Abrange a apropriação da cidade como meio legítimo para explorar potencialidades educacionais. Em outras palavras, na perspectiva da Educação na Cidade, tanto as construções arquitetônicas e os monumentos, quanto as praças, a arte de rua, a periferia ou os museus, são signos citadinos que inspiram novas descobertas e servem ao coletivo no sentido da apropriação educativa de seus espaços. Logo, entendemos que seja possível educar em ambientes distintos da sala de aula e através de diferentes locais na cidade. Nesse processo, destacamos que os educadores são a peça chave para colocar tal estratégia em prática. São eles os mediadores entre os conhecimentos apreendidos, tanto na escola, quanto na cidade; são eles os responsáveis pela proposição de diferentes formas de ver a cidade além do que expõe sua aparência. Por isso, enquanto docentes, é preciso estarmos atentos ao fato de que nossas ações são primordiais para a humanização dos estudantes e para o despertar de sensibilidades que estimulem olhares mais atentos

para os conflitos e as contradições socioespaciais. Para o Gepech, toda ação educacional é também um ato político, daí a importância da intencionalidade crítica do educador.

Acreditamos que, enquanto educadores, para exercitarmos esse olhar mais crítico sobre a cidade e produzirmos ações pedagógicas que se apropriem de seus espaços, precisamos superar a mera contemplação de sua aparência e, principalmente, pensar em ações que ultrapassem o seu entendimento como mercadoria e lugar de consumo. Ressaltamos, portanto, a importância desse material educativo como proposta contra hegemônica que objetiva desvelar os conflitos e as contradições presentes na cidade, de modo a contribuir para que professores ampliem sua visão de mundo e possam utilizar a cidade como ferramenta de uma educação crítica (CÔCO et al., 2021).

Quanto ao conceito de Direito à Cidade, cunhado pelo sociólogo francês Henri Lefebvre na década de 1960, segundo este autor, é necessário habitar a cidade em um movimento de apropriação do espaço e de todas as suas potencialidades, aprofundando-se na teia urbana (LEFEBVRE, 2001). Ou seja, enxergá-la não apenas como habitat, lugar de simples dormitório, de relações superficiais, mas como habitar, onde os cidadãos possam viver e desfrutar do ambiente citadino além das formas mercantis impostas pelo sistema de produção capitalista. Desse modo, podemos afirmar que, sendo a cidade uma criação humana e palco de grandes transformações ao longo da história, ela deve ser compreendida como espaço máximo de nossas vivências, onde habitamos e podemos, por direito, usufruir dela plenamente.

Segundo Lefebvre (2001), a sociedade contemporânea ainda não alcançou a forma urbana de viver na cidade, pois os espaços que a compõem são segregados e escondem desigualdades que impedem que nos apropriemos deles e que questionemos suas configurações. Sendo assim, com base no pensamento de Lefebvre, entendemos que o urbanismo pleno só será alcançado quando conseguirmos desenvolver práticas de ver e entender a cidade como verdadeira obra humana, destinada ao usufruto de todos, igualmente. Além disso, pontuamos a importância de, no processo de apropriação e questionamento dos espaços da cidade e entendimento de seus conflitos e contradições, contribuir para a preservação da natureza, além de compreendê-la como palco de nossas práticas educativas.

Na visão de Lefebvre, o urbano tem um caráter duplo: ele não se concretizou, ainda se encontra na condição do não-lugar, da utopia, ou seja, de algo que não existe; ao mesmo tempo, se movimenta na direção da realização, procura seu lugar de ser. A respeito disso e do processo de segregação socioespacial, a professora Ana Fani Carlos pontua que, atualmente, o foco central do desenvolvimento da sociedade capitalista não é mais o de produção de mercadorias, mas a produção do próprio espaço/cidade como uma mercadoria (CARLOS, 2020). Nesse processo, se sobressaem as manifestações das segregações socioespaciais, uma vez que os produtores de tal realidade modelam a cidade de acordo com os interesses das classes dominantes, marginalizando as classes menos privilegiadas, afastando-as dos centros e das decisões de poder. Para compreendermos melhor tal ideia, recorreremos à fala da própria autora quando diz que:

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Os limites da propriedade marcam os limites dos usos (e de seus modos) na cidade fazendo com que a vida cotidiana desenvolva-se nos estritos limites dos espaços privados (e vigiados como é o caso dos condomínios fechados, ruas muradas, praias privatizadas) dos espaços públicos normatizados e pelo poder crescente das milícias organizando a vida (não só na periferia) com a subjugação e imposição no ato de ir e vir definidos segundo uma lógica que esvazia a democracia (CARLOS, 2020, p 364).

Desse modo, entendemos que a segregação socioespacial, promovida e planejada pelos que detém o poder, afasta a possibilidade de realização do urbano, pois não possibilita os encontros, elemento essencial para garantia do Direito à Cidade, mas os encerra. Em seu ato de desassociar, a segregação urbana denota valores, qualifica ambientes entre bons ou ruins, públicos ou privados, elitizados ou marginalizados. Ou seja, por um lado, constroem-se espaços que são valorizados pelo poder público e iniciativas privadas, onde pessoas com maior poder aquisitivo se reúnem para práticas de lazer; por outro, há espaços que são relegados ao esquecimento, e a população é entregue à própria sorte, forçada a recorrer aos instintos mais primitivos para sobrevivência. Sendo assim, ao mesmo tempo em que contribui para desigualdade, a segregação socioespacial favorece a mercantilização dos espaços que poderiam servir para encontros e práticas educativas, uma vez que não inspira o uso da cidade para além das trocas pecuniárias, pois há pouco ou nenhum incentivo que estimule ações coletivas entre os indivíduos e destes com a natureza, por exemplo. Nesse caso, a população encontra-se condicionada apenas às trocas que envolvem uma relação mercantil, e ignora o fato

de estarmos cercados por seres que produzem cultura, e por um ambiente natural que pode nos servir para encontros educativos.

Pensando em como a segregação produz a mercantilização dos espaços citadinos, vemos a necessidade de analisarmos a categoria marxiana de valor. Para tanto, recorreremos aos estudos realizados pelo professor Reinaldo Carcanholo. Segundo Carcanholo (2005), valor é uma característica inerente das mercadorias e está ligado a uma concepção de valor socialmente adotada de acordo com a época em que se encontra. Nesse sentido, não é natural, mas condicionada a uma determinada época histórica e ao que a sociedade do período considera como possuindo valor.

Valor, portanto, não é trabalho, não é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias, é uma característica abstrata e está relacionada ao poder de atração que a mercadoria possui com relação a outras mercadorias. Valor é a qualidade da mercadoria, o adjetivo, a essência, ele não se separa da mercadoria e não pode ser definido. A mercadoria, por sua vez, quando é trocada por outra mercadoria, adquire valor de troca. O valor de troca de uma mercadoria é variável tanto quanto existam mercadorias para troca. Ele é a forma de representação da mercadoria, a sua aparência observável. Quando uma mercadoria é trocada por dinheiro, sendo este também uma mercadoria segundo Marx (2017), o preço estabelecido se torna o valor de troca entre as mercadorias, ou seja, o preço é a expressão monetária do valor.

Cada sociedade determinará, cada qual a seu tempo, o que utilizar como valor de troca para as mercadorias que produzir. A capacidade de dada mercadoria satisfazer necessidades humanas,

sejam elas provenientes do estômago ou da fantasia (MARX, 2017), confere às mercadorias valor de uso. Por isso, para Marx (2017, p. 114), “[...] o valor de uso só se realiza no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a sua forma social”. E, ainda, conforme este pensador,

[...] o valor de troca aparece, antes de mais nada, como a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente com o tempo e o lugar (MARX, 2017, p. 114).

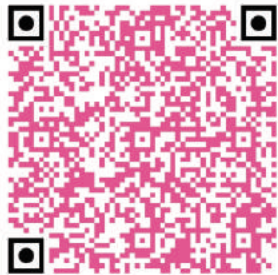
Acreditamos que a cidade, diante do processo de produção da segregação socioespacial, que se encontra cada vez mais agressivo, vem adquirindo um caráter muito mais mercantil do que urbano, se considerarmos o sentido que o termo urbano adquire para Lefebvre. Isto é, ao invés de caminharmos, enquanto sociedade, para o uso da cidade como espaço para vivências coletivas, para ações socioculturais, como meio natural com potência para novas descobertas, como espaço que guarda a essência do valor de uso, assistimos passivamente a sua transformação em mera mercadoria, dotada quase que inteiramente de valor de troca, cada vez mais degradada, segregada, cada vez mais distante da forma urbana proposta por Lefebvre.

Em 2019, Jean-François Brient produziu um documentário chamado *La Servitude Moderne*, no qual os conflitos e as contradições do sistema capitalista são abordados através de cenas do cotidiano moderno e reflexões pertinentes como as que apresentamos a seguir, através do Qr Code abaixo, em um dos trechos do vídeo.



Escolhemos esse trecho inicial do documentário de Brient para visualizarmos os conceitos de valor, valor de uso e valor de troca que apresentamos, além dos conhecimentos sobre mercadoria e sociedade de consumo. No vídeo, vemos uma crítica ao consumo desenfreado de mercadorias, que aliena e transforma as pessoas em escravas do sistema.

Sugerimos, além dessa produção, o trecho inicial do filme *La Belle Vertè*, produzido em 1996 por Coline Serreau. Nessa cena, os habitantes de um planeta mais evoluído do o nosso iniciam uma discussão sobre uma viagem à Terra, com o objetivo de ajudar no processo de evolução do nosso planeta. Durante a discussão, questionam sobre os costumes terráqueos, como o uso de automóveis e dinheiro.



Após essa breve análise e distinção das categorias marxianas de valor, valor de uso e valor de troca, associamos tais conceitos aos conceitos-chave: Educação na Cidade e Direito à Cidade. Ambos definem e representam a estratégia educacional que consideramos adequada para a apropriação da cidade em todos os seus sentidos, na direção da realização do urbano, ou seja, para além dos valores de consumo do lugar como mercadoria atribuídos à cidade pelo sistema capitalista. Para propormos tal estratégia, precisamos compreender que os conceitos precisam ir além do campo das ideias, da contemplação. Isso significa dizer que a ideologia precisa ser materializada em ações. Lefebvre (2001) sinaliza que apenas uma práxis no sentido da integração dos elementos que compõem o urbano pode efetivamente nos levar ao encontro da sociedade urbana, que ainda se encontra no plano virtual, utópico. Nas palavras do autor:

Apenas uma práxis, em condições a serem determinadas, pode se encarregar da possibilidade e da exigência de uma síntese, da orientação na direção desse objetivo: a reunião daquilo que se acha disperso, dissociado, separado, e isso sob a forma da simultaneidade e dos encontros (LEFEBVRE, 2001, p. 102).

Se, assim como aponta Lefebvre, o urbano se faz dos encontros e dos compartilhamentos dos espaços, bem como da percepção do potencial de educar que a cidade proporciona, indagamos: será possível que os lados A e B em Cachoeiro de Itapemirim estão no caminho da realização de uma sociedade urbana? Tendo em vista esta inquietude, propomos o despertar de um novo olhar sobre a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, sobretudo os espaços que elencamos como lado A e lado B, no sentido de compreendermos juntos seus processos de formação, percebendo suas contradições soterradas e os conflitos encobertos.

O objetivo de enxergar a cidade além de sua aparência observável e de perceber seus espaços como ambientes de uso coletivo, distanciando-se da ideia de cidade mercadoria, só poderá ser atingido se conseguirmos, enquanto coletivo, superarmos o interesse econômico que rege as relações existentes nela. Por isso, o educador, sendo mediador nesse processo, possui papel estrutural na condução do conhecimento para essa tomada de consciência. Chisté e Sgarbi (2015, p. 87) reforçam a importância do processo de apropriação do espaço da cidade através da educação, ato que contribui com o desenvolvimento do ser humano, ao dizerem que “[...] para o indivíduo se constituir como ser humano, é preciso que internalize as produções humanas que foram sistematizadas na trajetória da humanidade sendo a cidade um exemplo dessas produções”. A educação, portanto, se coloca como fundamental para a transformação dos indivíduos através das relações que eles estabelecem entre si, com a cidade e com o meio ambiente.

De posse desse material educativo, pretendemos inspirar educadores a compreenderem a cidade como obra humana, carregada de significados, simbologias, conflitos, contradições e potencialidades educativas. Visamos demonstrar que esses elementos nem sempre estão postos para que possamos observar a olho nu, mas que é preciso ler nas entrelinhas de suas histórias, esquinas, ruas, monumentos, praças, parques, enfim, de tudo o quanto pudermos assimilar da cidade. Pretendemos promover reflexões sobre maneiras de nos apropriarmos dela como ambiente além de simples manifestação de impulsos mercantis, enxergando-a como local compartilhado de vivências.

CONTEXTUALIZANDO OS LADOS A E B

A natureza, esta excelente mãe, escondeu-os [o ouro e a prata] em grandes profundidades, como produtos inúteis e vãos, enquanto que expõe a descoberto a água, o ar, a terra, e tudo o que há de bom e realmente útil.

Thomas Morus

Dividimos os espaços que escolhemos para estudar em dois lados, A e B, onde o lado A é constituído pela Avenida Beira Rio e o lado B, pela Ilha da Luz e pela Avenida Carlos Lindenberg. Faz-se necessário ressaltar que não nos referimos aqui ao bairro Ilha da Luz, mas, sim, ao Parque Camilo Cola, que se encontra dentro de tal bairro. Tal divisão foi pensada pois, durante as pesquisas, percebemos que havia entre esses espaços um palco de disputas e conflitos político-sociais, no qual o Lado A representa a região mais valorizada pelo poder público, enquanto o lado B fica preterido, representando uma área marginalizada da cidade.

Para explorarmos as potencialidades educativas dos lados A e B, recorreremos ao estudo das configurações desses espaços no tempo presente, ao mesmo tempo em que buscamos no passado explicações para certos incômodos que visualizamos hoje.

Consideramos que os aspectos do presente e do passado dos dois lados que apresentaremos a seguir possuem grande relevância educacional. São espaços que contam histórias e promovem encontros, mesmo que alguns deles não tenham suas memórias preservadas como merecem, ou que não possuam estruturas adequadas para receber os cidadãos em ações coletivas. Ainda assim, guardam potencialidades para uso educativo.

Lado A: Avenida Beira Rio

Iniciamos exibindo uma fotografia de parte da Avenida Beira Rio, representada pela figura 3. Esse trecho está localizado no bairro Centro. A ponte que conseguimos visualizar é a de pedestres, chamada Governador Punaro Bley.

Figura 3 – Avenida Beira Rio em Cachoeiro de



Fonte: acervo da autora, inverno de 2020.

Iniciamos a contextualização do lado A apresentando fatos atuais e do passado das pontes que ligam a Avenida Beira Rio ao lado norte do rio Itapemirim. A primeira que destacamos é a que vemos na figura 3, a Ponte de Ferro. Sabemos que esta ponte a denominação de “Demisthóclides Baptista” em homenagem ao cachoeirense, ferroviário, advogado, professor e sindicalista conhecido como “Batistinha” (MOREIRA, 2004). Ela demarca o início da Avenida Beira Rio, ligando o bairro Centro (lado sul) ao bairro Aquidaban (lado norte). De acordo com Moreira (2004), foi inaugurada em 1910 para a passagem da locomotiva da Leopoldina Railway, que fazia o percurso Cachoeiro x Vitória. Durante o período que conhecemos historicamente como República do Café com Leite, Cachoeiro era a região de maior destaque econômico do sul do Espírito Santo, justamente pelo cultivo e comercialização do café feito nas fazendas e transportados pelas locomotivas nas estradas de ferro. A respeito do desenvolvimento econômico de Cachoeiro no final do século XIX e início do século XX, nos informa Bittencourt (1982, p. 56),

A zona mais povoada e cultivada era a do Sul do Estado, onde sobressaía-se Cachoeiro de Itapemirim, ligada ao Rio de Janeiro por estrada de ferro e próxima ao porto de Itapemirim, por onde também escoava-se o café que substituíra a produção açucareira.

Hoje em dia os trilhos da Leopoldina não existem mais, foram encobertos por espessas camadas de asfalto. Contudo, a estrutura de ferro continua lá. Onde antes trafegavam os trens, hoje transitam automóveis modernos. Há, na lateral da ponte, uma passarela para passagem de pedestres anexada a ela em 1937 pelo prefeito Fernando de Abreu (MOREIRA, 2004). A figura 4 mostra uma fotografia da Avenida Beira Rio, vendo-se ao fundo a Ponte de Ferro.

“A ligação Vitória-Cachoeiro, através da antiga Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, só se tornou possível depois da construção, pela Leopoldina Railway, da ponte de ferro sobre o rio Itapemirim. Inaugurada em 27 de junho de 1910, é uma forte construção de superestrutura metálica, inteiramente importada do exterior, por onde começaram a trafegar os comboios entre o Rio de Janeiro e Vitória e, até mesmo de Minas Gerais (depois que a Leopoldina incorporou a antiga Estrada de Ferro Caravelas). A solenidade foi presidida por Nilo Peçanha, presidente da República, que cortou as fitas das cores Brasil e Inglaterra para passagem da locomotiva” (FILHO, Walter de Aguiar. 2020, apud BITTENCOURT, Gabriel. 1989).

Figura 4 – Ponte de Ferro vista ao fundo na Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, outono de 2019.

A ponte de pedestres Governador Bley é a segunda ponte na Avenida Beira Rio. Esta ponte faz a ligação entre a Avenida Beira Rio e a Rua Samuel Levy, no bairro Aquidaban. Foi inaugurada em 1938, durante a administração de Fernando de Abreu, prefeito escolhido pelo Movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder presidencial. Seu batismo foi em homenagem ao Interventor do Espírito Santo durante a Era Vargas, João Punaro Bley.

Durante a administração municipal de Gilson Carone, devido a obras de continuação da Avenida Beira Rio, a ponte desmoronou. Foi restaurada e reinaugurada em 1987 (MOREIRA, 2004). Na figura 5 vemos uma fotografia da época em que ruiu. A parte da ponte que vemos caída sobre a rua não existe mais, em seu lugar passa a Avenida Beira Rio.

Figura 5 – Desmoronamento da Ponte Governador Bley no final dos anos 1970



Fonte: acervo Higner Mansur.

Figura 6 – Ponte Governador Bley

Já na figura 6, vemos uma fotografia da Ponte Governador Bley atualmente, dando acesso à Rua Samuel Levy.



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Figura 7 – Ponte Juscelino Kubitschek

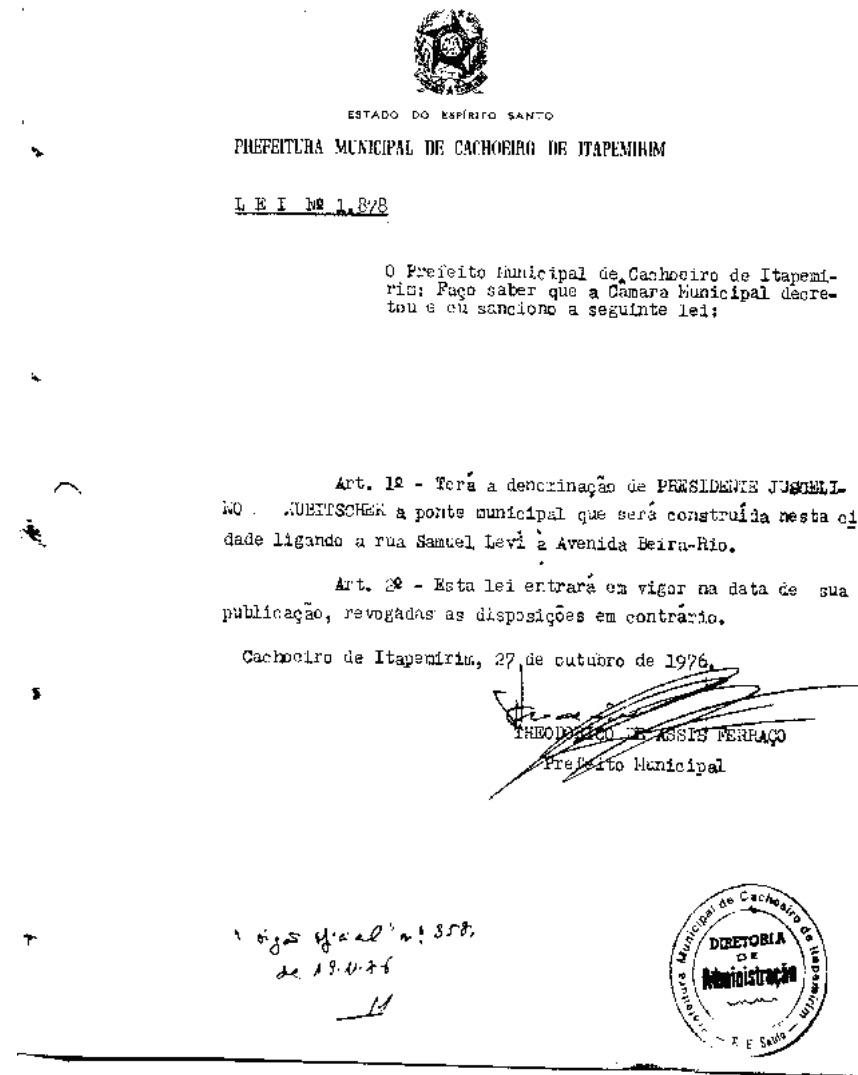
A terceira ponte que liga a Avenida Beira Rio ao lado norte do Itapemirim é a Ponte Juscelino Kubitschek, que vemos na figura 7.



Fonte: acervo da autora, primavera de 2021.

Figura 8 – Lei nº 1878/1976

Encontramos na Lei Municipal nº 1878 de 1976, a regularização da denominação da ponte Juscelino Kubitschek. Trazemos na figura 8 a publicação original da referida lei.



Fonte: Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim.

A ponte de pedestres Rosalina Depoli é a quarta ponte entre os bairros Guandu e Aquidaban; foi construída no mandato do prefeito Theodorico de Assis Ferração, na década de 1980. A figura 9 é uma fotografia panorâmica desta ponte. Não conseguimos descobrir a origem de sua denominação.

Figura 9 - Ponte Rosalina Depoli



Fonte: acervo da autora, primavera de 2021.

CAPÍTULO II

A quinta e última ponte se chama Guadalajara. Ela faz a ligação da Avenida com a Ilha da Luz e o bairro Aquidaban. Sobre ela, também desconhecemos a origem de seu nome. Esta ponte substituiu uma outra, mais antiga, de madeira e pilares de pedra, construída no início do século XX. A figura 10 é uma fotografia da antiga ponte de madeira.

Figura 10 – Fotografia da ponte de madeira que existia antes da Ponte Guadalajara



Fonte: acervo Higner Mansur.

Os pilares de pedra desta antiga ponte ainda hoje podem ser vistos por quem caminha atento na região. Podemos ver, na figura 11, uma fotografia de suas ruínas.

Figura 11 – Ruínas da antiga ponte de madeira



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Na figura 12, uma fotografia da Ponte Guadalajara atualmente.

Figura 12 – Ponte Guadalajara no final da Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, primavera de 2019.

As pontes e as histórias por trás delas representam uma parte da memória da cidade e servem aos cidadãos como um elo entre os lados A e B do rio Itapemirim. Sabemos da importância de resgatar essas histórias e de levá-las ao conhecimento popular, contudo, não encontramos registros suficientes sobre suas fundações, mas deixamos aqui alguns apontamentos que acreditamos serem relevantes para começarmos a traçar outras memórias que se cruzam com as histórias dessas construções.

Após a identificação das pontes e de alguns aspectos que conseguimos explorar do passado e presente delas, apresentaremos a seguir uma breve história da Avenida Beira Rio.

De acordo com Moreira (2004), desde a década de 1930, o prefeito Fernando de Abreu já demonstrava interesse em fazer uma avenida à margem sul do Itapemirim, mas foi somente no ano de 1976, durante o primeiro mandato do prefeito Theodorico de Assis Ferraço, que a ideia da construção de uma avenida à beira rio foi concretizada. Segundo Ferraço (2021), em entrevista que nos concedeu por telefone, o projeto de construção da Avenida veio da necessidade de aliviar o trânsito dos bairros vizinhos, principalmente do bairro Guandu, por onde passavam as locomotivas. Neste bairro, desde o início do século XX, a locomotiva da Leopoldina Railway atravessava as ruas da cidade e disputava espaço com carros e pedestres, causando, inclusive, acidentes. Podemos observar na figura 13 uma fotografia de um dos acidentes ocorridos entre locomotivas e automóveis no bairro Guandu.

Figura 13 – Acidente envolvendo trem e automóveis em Cachoeiro na década de 1980



Fonte: acervo Higner Mansur.

Figura 14 – Fotografia de locomotiva no bairro Guandu em Cachoeiro nos anos 1950

Mostramos na figura 14, uma fotografia mais antiga, onde vemos uma locomotiva trafegando pelo bairro Guandu em direção à Ponte de Ferro, que não está visível na foto.



Fonte: acervo Higner Mansur.

Ficava também no bairro Guandu a Estação Ferroviária Muniz Freire, o principal ponto de embarque e desembarque de produtos e passageiros da Leopoldina em Cachoeiro. As estruturas originais ainda se encontram no mesmo local. Atualmente, a antiga estação abriga a sede da Secretaria de Cultura de Cachoeiro de Itapemirim, além de funcionar como um museu ferroviário, batizado de Museu Domingos Lage. Na figura 15, vemos uma fotografia da estação Muniz Freire na década de 1990.

Figura 15 – Estação Muniz Freire no bairro Guandu na década de 1990



Fonte: acervo Higner Mansur.

Os trens só deixaram de circular em Cachoeiro de Itapemirim no final dos anos 1990, quando os trilhos foram retirados.

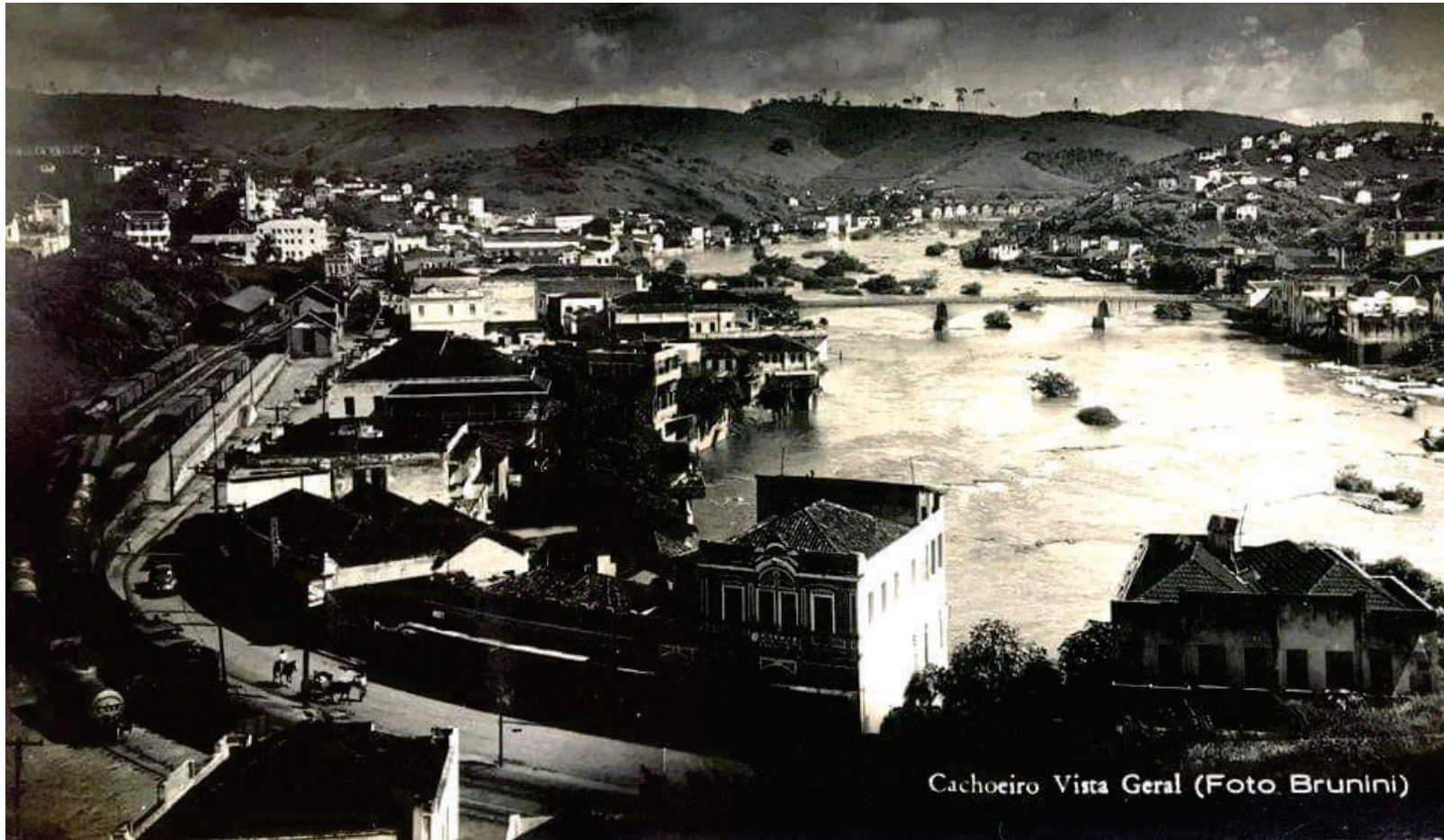
Sugerimos como produção audiovisual sobre os trens na cidade dois vídeos que podem ser acessados pelos Qr Codes a seguir. O primeiro, é uma produção do Cineclube Jece Valadão, de Cachoeiro de Itapemirim, chamada “Retrilhando a Leopoldina”, que faz uma apresentação da extensão dos trilhos da Leopoldina. Já o segundo, mostra a comemoração dos povos nas ruas diante do anúncio da retirada dos trilhos da cidade.



CAPÍTULO II

Para que a obra da Avenida Beira Rio fosse concluída, grande parte do leito do rio precisou ser aterrada. Observando a fotografia da figura 16, datada da década de 1930, podemos perceber que antes da construção da Avenida, o rio Itapemirim possuía uma extensão muito mais ampla do que a atual.

Imagem 16 – Vista parcial do bairro Guandu na década de 1930



Fonte: acervo Gil Gonçalves.

Comparada com a fotografia da figura 17, tirada sob a mesma perspectiva da fotografia acima, podemos ver melhor a diferença entre o tamanho do rio Itapemirim antes e depois da construção da Avenida.

Figura 17 – Vista parcial de Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

CAPÍTULO II

Através da observação das duas fotografias, percebemos o quanto a extensão natural do rio Itapemirim foi comprimida para a construção do asfalto na Avenida, das pontes que destacamos e de uma praça, também localizada na Avenida Beira Rio, chamada Praça de Fátima. Na figura 18, mostramos um trecho da Praça de Fátima atualmente.

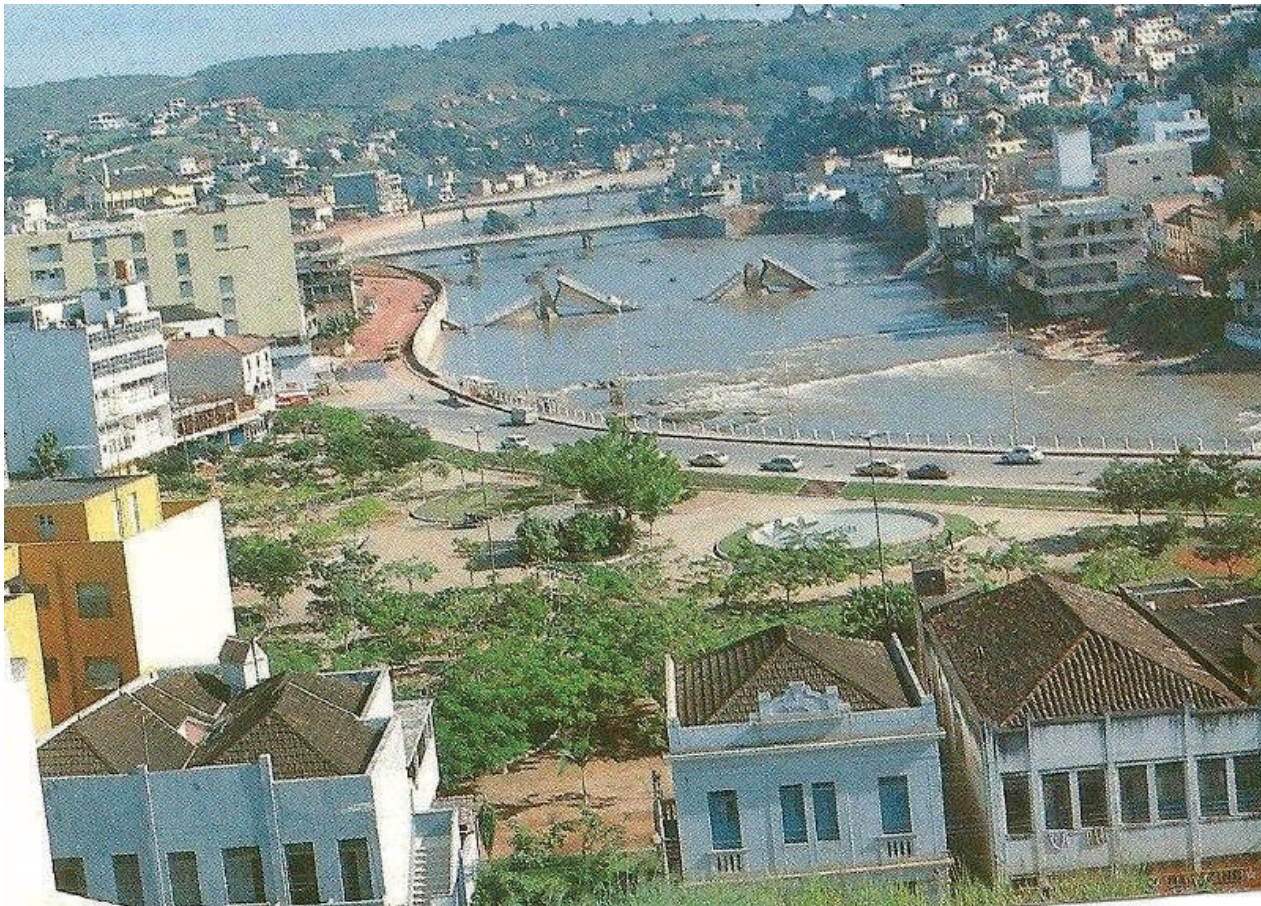
Figura 18 – Praça de Fátima na Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, verão de 2021.

Na figura 19, observamos uma fotografia da Avenida Beira Rio na década de 1980, em sua segunda fase de construção, onde vemos a área em que a Praça de Fátima foi erguida.

Figura 19 – Avenida Beira Rio década de 1980



Fonte: acervo Higner Mansur.

A parte da Avenida que vemos asfaltada na fotografia acima corresponde à primeira fase de obras da Avenida Beira Rio, realizada no final da década de 1970. Nessa primeira fase, de acordo com Ferraço (2021), as obras foram custeadas com recursos próprios da Prefeitura. Contudo, para o aterramento do rio e construção do muro de contenção, foram captados investimentos federais. A partir da rua César Missi, onde vemos sem asfalto, até o final da Avenida Beira Rio, na Ponte Guadalajara, a obra da Avenida foi concluída pelo prefeito Gilson Carone.

Diante da breve contextualização histórica exposta, conseguimos constatar que a região do bairro Guandu, onde está localizada a maior parte da Avenida Beira Rio, foi bastante movimentada no passado. Isso em muito se deve à presença das locomotivas, que transportavam tanto passageiros quanto produtos pela região. O café, por exemplo, foi um dos produtos mais comercializados, representando a base da economia do sul do Espírito Santo no século XIX.

Com relação ao calçadão construído para a locomoção dos pedestres na Avenida, destacamos que sua forma original foi constituída por pedras portuguesas, como as que vemos na figura 20.

Figura 20 – Pedras portuguesas no calçadão da Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, verão de 2021.

Desde a construção original, entre os anos 1970 e 1980, o calçadão da Avenida Beira Rio não havia sofrido alterações. Os investimentos em preservação e manutenção do calçadão não eram suficientes para atender às demandas sociais. Isto porque, como a população utilizava o espaço para prática de lazer e esportes, por conta da falta de manutenção, as pedras portuguesas se encontravam desniveladas, e muitas vezes causavam acidentes entre os que caminhavam no local. Contudo, em novembro de 2019, começou o processo de reforma de parte do calçadão da Avenida. As obras foram paralisadas em janeiro de 2020, devido à enchente que ocorreu nesse período na cidade. A conclusão da reforma só se deu em agosto daquele ano. O trecho que recebeu os melhoramentos começa na esquina da Ponte Juscelino Kubitschek e vai até o fim da Avenida Beira Rio.

Na figura 21, vemos uma fotografia da área contemplada antes da reforma, ainda com as pedras portuguesas na calçada.

Figura 21 – Calçada da Avenida Beira Rio antes da reforma



Fonte: acervo da autora, outono de 2019.

Mapa 5 – Trecho do calçadão da Avenida Beira Rio que foi reformada

Mostramos no mapa 5 a extensão que foi reformada, onde o número 1 representa a Ponte Juscelino Kubitscheck, e o número 2, o último ponto reformado, antes da Ponte Guadalajara.



Fonte: Google Maps, 2021.

CAPÍTULO II

Equipamentos esportivos foram dispostos nos dois extremos do mapa, sinalizados pelos números 1 e 2. Além disso, houve a inserção de um novo guarda-corpo, rampas de acesso para deficientes e pavimentação da calçada em solo-cimento, substituindo a estrutura original de pedras portuguesas. Segundo Ferraço (2021), a inspiração para a introduzir as pedras portuguesas veio das calçadas de Copacabana, uma vez que estavam em alta no período.

O trecho que não foi contemplado com a reforma manteve a estrutura original com as pedras portuguesas. Na figura 22, mostramos um trecho da Avenida onde as pedras portuguesas foram mantidas.

Figura 22 – Calçada da Avenida Beira Rio com pedras portuguesas



Fonte: acervo da autora, outono de 2020.

Registros históricos mais antigos, muito antes da construção da Avenida, nos levaram a descobrir que durante o século XIX a região onde hoje se encontra a maior parte da Avenida Beira Rio, no bairro Guandu, foi uma fazenda chamada Cobiça. Segundo Marins (1920), a Fazenda Cobiça pertenceu inicialmente à família Ferreira Rios, mais precisamente à Bernardina Ferreira Rios, filha de um comerciante português chamado Bernardino Ferreira Rios, que também era proprietário de uma fazenda vizinha, a Fazenda Cachoeira Grande, atualmente correspondente ao bairro Vila Rica e parte do bairro Teixeira Leite.

Após a morte de Bernardino Rios, a posse das terras da Cachoeira Grande passou para seu filho, João Paulo Ferreira Rios, que por sua vez as transmitiu a Joaquim Theodoro, seu genro. De acordo com Marins (1920, p. 147), “passou mais tarde essa propriedade a pertencer a Simão Rodrigues Soares, do Itapemirim, o qual ahi fez grandes derrubadas e fundou definitivamente a fazenda [...]”.

Bernardina Rios vendeu a Fazenda Cobiça à Felisberto de Souza Monteiro, em 1857. Felisberto era primo de Francisco de Souza Monteiro. Este, por sua vez, era genro de Bernardino Rios, pois casou-se com uma de suas filhas, Henriqueta Rios. Juntos, o casal herdou da família Rios a propriedade da Fazenda Monte Líbano, onde hoje situa-se boa parte do bairro Novo Parque, e onde encontra-se a maior parte da Avenida Carlos Lindenberg.

O bairro Aquidaban, onde está situada a escola Inah Werneck, também já foi uma fazenda, com a mesma denominação do atual bairro. Sobre ela, explica Marins (1920, p. 156):

Em 1850 erão então ainda as terras dessa propriedade cobertas de mattas virgens, quando o Major Custodio da Silveira Vargas comprou-as a Antonio Francisco Moreira que também as houvera do Coronel Heliodoro Gomes Pinheiro [...]. Foi o Major Custodio que fundou a fazenda, legando-a por morte aos seus filhos Ildefonso Vianna e José Vianna [...]. Foi o Coronel Ildefonso o homem que mais contribuiu pecuniariamente para a construção da ponte de ferro que liga os dous lados da cidade e da qual ele foi o contratante. Depois de uma excursão á Europa, o Coronel ficou residindo no Rio e a fazenda pouco depois passou a pertencer ao negociante Samuel Levy que, por morte legou-a a uma filha única, hoje casada com Anacleto Ramos.


A filha de Samuel Levy sobre a qual Marins (1920) faz referência chamava-se Carly Levy e herdou de seu pai a Fazenda Aquidaban, juntamente com seu marido, Anacleto Ramos.

Vale salientar, que durante o século XIX, quando essas fazendas se formaram em Cachoeira, assim como em todo Brasil, o regime de trabalho escravo negro funcionava como a engrenagem principal do modo de produção vigente na época.

Figura 23 – Anúncio de escravo fugido na Fazenda Aquidaban

Na figura 23 mostramos um anúncio do jornal O Cachoeirano, que circulava na cidade no século XIX. Nele, vemos que o proprietário da Fazenda Aquidaban no período, Samuel Levy, publica no jornal sobre a fuga de um de seus escravos.

ANNUNCIOS.



Fugio da fazenda Aquidaban o escravo Gregorio, de côr preta, de 28 annos de idade, tendo os signaes seguintes: pés e pernas um tanto tortos, pouca barba, bons dentes e um cravo bobatico na mão direita, falla bem; quem o apprehender ou der noticias exactas ao Sr. Samuel Levy ou na fazenda, será gratificado.

**Cachoeiro de Itapem.,
30 de Março de 1877.**

Fonte: jornal O Cachoeirano.

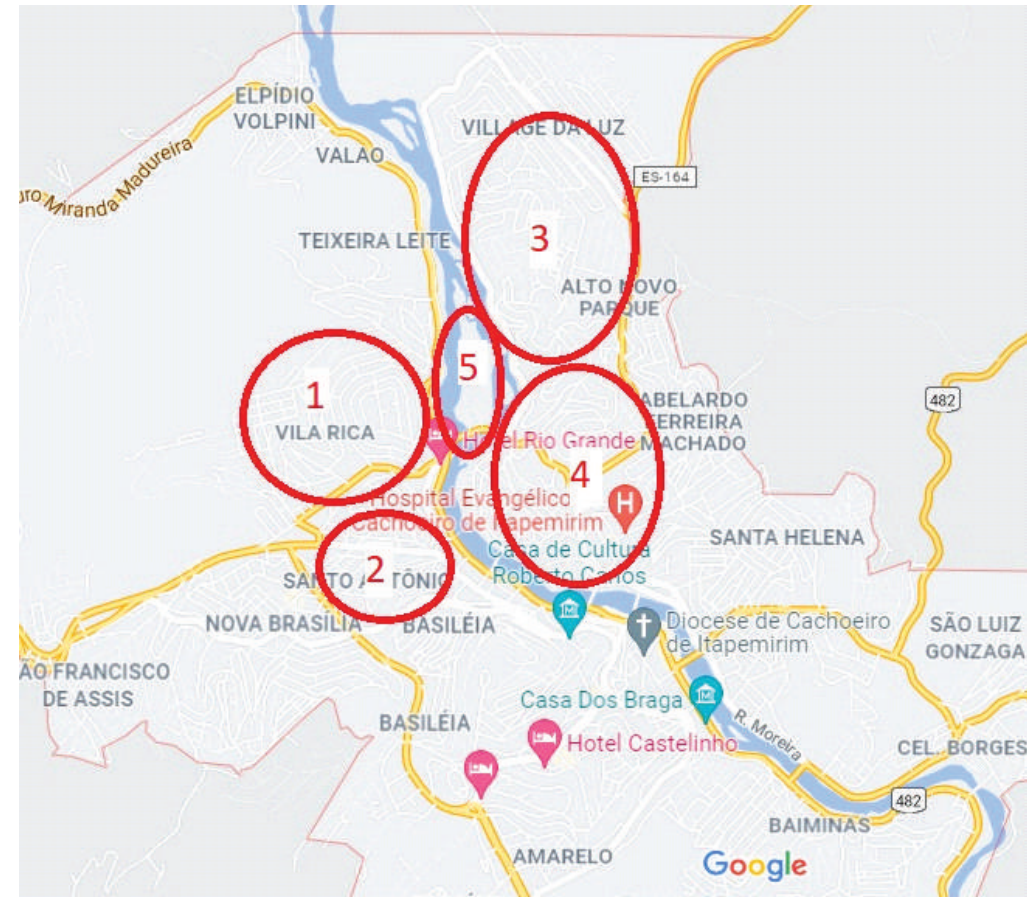
O poeta cachoeirense Newton Braga também nos traz contribuições sobre a mão de obra escrava em Cachoeiro.

Vila situada entre grandes fazendas, Cachoeiro deve muito de seu progresso ao braço escravo negro.

Para se notar a importância do trabalhados escravo em nossa terra basta saber que, de acordo com o recenseamento em 1877, havia na vila e nas vizinhanças 3893 habitantes, sendo que 1947 eram escravos. A ideia de acabar com a escravidão não podia, assim, deixar de encontrar sérios inimigos em Cachoeiro, pois a abolição viria causar maiores transtornos às lavouras, feitas, todas elas, com o suor dos negros escravos, e contra a liberdade se colocaram, naturalmente, todos os grandes fazendeiros do lugar (BRAGA, 2011, p. 53).

Elaboramos no mapa 6 uma representação aproximada dessas antigas fazendas que originaram alguns dos atuais bairros de Cachoeiro de Itapemirim, onde o número 1 representa a Fazenda Cachoeira Grande, atual bairro Vila Rica, o número 2 sinaliza a Fazenda Cobiça, bairro Guandu, o 3, a Fazenda Monte Libano, atuais Novo Parque e Rubem Braga, e o número 4, é a Fazenda Aquidaban, que corresponde ao bairro de mesmo nome. Por último, o número 5, é onde está a Ilha da Luz, local que antes de receber tal denominação se chamava Ilha da Boa Esperança.

Mapa 6 – Mapa de localização das fazendas



Fonte: acervo da autora.

O resgate das histórias sobre a formação dessas fazendas e dos bairros reflete o potencial educativo desses locais. Nesse sentido, de posse desse material educativo, acreditamos que seja possível que o educador explore tal potencial histórico para desenvolver ações pedagógicas que permitam o conhecimento da origem dos atuais bairros que compõem os lados A e B. Da mesma forma, de modo complementar, é possível que a abordagem pedagógica histórica seja aliada às abordagens ambiental e social, quando explorados os potenciais do rio Itapemirim ou as relações vigentes no século XIX entre senhores e escravos, por exemplo.

Diante dessa exposição histórica sobre o lado A, apresentaremos a seguir, aspectos da história do lado B de nossa pesquisa.

Lado B: Ilha da Luz e Avenida Carlos Lindenberg

A Ilha da Luz e a Avenida Carlos Lindenberg compõem o lado B. Como já dito, quando nos referimos à Ilha da Luz estamos localizando apenas a ilha, mais especificamente o parque situado dentro da Ilha da Luz, e não o bairro como um todo. O acesso à ilha se dá pela travessia da Ponte Guadalajara. Seu território faz limite com os bairros Novo Parque, Rubem Braga, Aquidaban e Teixeira Leite. Tal ilha está localizada na área urbana da cidade e foi reconhecida como Área de Preservação Ambiental (APA) pela Lei Municipal de nº 5484 de 2003.

Antes de ser chamada de Ilha da Luz, a região recebeu o nome de Ilha da Boa Esperança. A mudança de nomenclatura se deu por conta da instalação de uma usina hidrelétrica no local, a primeira do Espírito Santo, em 1903, durante a administração de Bernardo Horta de Araújo, que na época era presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (MARINS, 1920).

CAPÍTULO II

Na figura 24 vemos uma das áreas internas da ilha, arborizada; à esquerda, escadas de um anfiteatro.

Figura 24 – Área arborizada na Ilha da Luz



Fonte: acervo da autora, outono de 2021.

Na figura 25, observamos outra parte da área interna do parque, dessa vez o Pavilhão de Eventos Assad Abiguenem, popularmente conhecido como Pavilhão de Eventos da Ilha da Luz.

Figura 25 – Pavilhão de Eventos Assad Abiguenem



Fonte: acervo da autora, outono de 2019.

Além das duas áreas em destaque nas fotografias acima, também há na Ilha da Luz um playground, repartições da administração municipal, como a Guarda Municipal e a Defesa Civil, uma empresa privada de tratamento de água e esgoto, a BRK Ambiental, e uma empresa centenária de fabricação de pios de madeira, a Fábrica de Pios de Aves Maurílio Coelho.

De acordo com Fábio Coelho, em entrevista concedida em 2021, Maurílio Coelho (bisavô de Fábio e fundador da Fábrica de Pios) teria saído de São João do Muqui com destino à Cachoeiro para ajudar na construção da usina hidrelétrica, no início do século XX. Fora convidado pelo engenheiro encarregado das obras, Florentino Avidos, que mais tarde se tornaria Presidente do Espírito Santo. Em Cachoeiro, com sua família, adquiriu da municipalidade o direito de arrendar parte das terras da Ilha da Luz para morar. Contudo, Maurílio também tratou de preservar a área, cultivar e empreender. Plantou diversos tipos de árvores frutíferas que se encontram lá até hoje, além de fundar uma pequena fábrica de fubá, a Fubaína Coelho, e a Fábrica de Pios.

CAPÍTULO II

Segundo Coelho (2021), Maurílio era muito habilidoso na fabricação de enghocas e aprendeu sobre as aves e a confeccionar os pios de madeira com os povos originários que viviam na região, sobretudo os Puris. Na figura 26, vemos uma fotografia de Maurílio Coelho na Fábrica de Pios (à direita, de óculos e camisa branca) juntamente com seus funcionários.

Figura 26 – Maurílio Coelho e funcionários na Fábrica de Pios no início do século XX



Fonte: acervo da família Coelho.

Na figura 27, vemos alguns dos pios de madeira confeccionados atualmente na Fábrica de Pios.

Figura 27 – Pios de madeira



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

No Qr Code em destaque, apresentamos um vídeo produzido em 2015 pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo sobre a Fábrica de Pios. Sugerimos esse vídeo como apoio audiovisual para entendermos sobre a dimensão histórica e cultural da Fábrica de Pios para Cachoeiro de Itapemirim.



CAPÍTULO II

Além da Ilha da Luz, complementando as áreas que correspondem ao lado B, temos os bairros Novo Parque e Rubem Braga, onde encontramos a Avenida Carlos Lindenberg. De acordo com os registros históricos, esses bairros correspondiam a partes das fazendas Aquidaban e Monte Líbano. Sobre esta última, sabemos através de Marins (1920), que o comerciante português Bernardino Ferreira Rios teria chegado à Cachoeira de Itapemirim vindo de Minas Gerais, em 1854. Aqui, adquiriu a propriedade da Fazenda Cachoeira Grande. Sua filha, Henriqueta de Souza Rios, casou-se com o Capitão Francisco de Souza Monteiro, que por sua vez, tornou-se o proprietário da Fazenda Monte Líbano, doação de Bernardino ao genro. Do casamento entre Henriqueta e Francisco Monteiro, nasceram, entre outros: Bernardino de Souza Monteiro, Jerônimo de Souza Monteiro e Barbara Monteiro. Esta última casou-se com Carlos Adolfo Lindenberg, e de seu matrimônio conceberam Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que na década de 1920 tornou-se o administrador da Fazenda Monte Líbano, e nas décadas de 1940 e 1950, foi Governador do Espírito Santo. Importante destacar que Carlos Lindenberg fazia parte da oligarquia familiar dos Monteiro, sendo sobrinho de duas importantes figuras políticas que o antecederam na função de chefe do Executivo estadual: Jerônimo de Sousa Monteiro, Governador entre 1908 a 1912, e Bernardino de Sousa Monteiro, Governador entre 1916 a 1920.

A avenida que leva o nome do antigo Governador tem início na Praça Gastão Pim, no bairro Aquidaban, e vai até o bairro Rubem Braga, onde este faz limite com o bairro Village da Luz. Abaixo, na figura 28, vemos uma fotografia da Praça Gastão Pim; à direita está a entrada para a Avenida Carlos Lindenberg; o carro branco à esquerda, está vindo da Ponte Guadalajara.

A avenida que leva o nome do antigo Governador tem início na Praça Gastão Pim, no bairro Aquidaban, e vai até o bairro Rubem Braga, onde este faz limite com o bairro Village da Luz. Abaixo, na figura 28, vemos uma fotografia da Praça Gastão Pim; à direita está a entrada para a Avenida Carlos Lindenberg; o carro branco à esquerda, está vindo da Ponte Guadalajara.

Figura 28 – Praça Gastão Pim



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

CAPÍTULO II

Segundo informações colhidas com parentes de Gastão Pim, este teria sido afilhado de Anacleto Ramos. Por conta dessa proximidade, Gastão teria recebido de Anacleto uma parte das terras da Fazenda Aquidaban.

Em 2012, parte do calçadão da Avenida Carlos Lindenberg foi contemplada com obras de infraestrutura. Foram construídos quiosques, praça, playground e um deck de madeira para pesca. As obras tiveram início a partir do ginásio de esportes, no bairro Novo Parque, e foram até a altura da rua Hilda Borges, no bairro Rubem Braga. Destacamos na figura 29 alguns dos quiosques construídos, já no final do calçadão.

Figura 29 – Quiosques na Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Coletamos através do Google Maps uma fotografia de quando o calçadão da Avenida ainda estava em construção, conforme figura 30.

Figura 30 – Calçadão da Avenida Carlos Lindenberg em construção



Fonte: Google Maps, 2012.

A obra foi iniciada em 2012 e concluída no ano de 2014, conforme informações do Diário Oficial do município. Parte da área onde a obra foi realizada pertence à Fábrica de Pios Maurílio Coelho, de acordo com informações cedidas pelo advogado da Fábrica, Felipe Pinto (2020). Segundo Pinto (2020), a Prefeitura se apropriou indevidamente da área, sem comunicar ou acordar com a Fábrica sobre a utilização do terreno.

Assim como o lado A, os ambientes que compõem o lado B também possuem histórias que revelam possibilidades de ações educativas pela cidade. Consideramos importante destacar que além desse elemento, têm os lados A e B uma forte ligação com o rio Itapemirim. Além de servir como um divisor natural entre os dois lados, o Itapemirim também representa o elo que os une. Diante dessa percepção, apresentamos a seguir alguns aspectos sobre o rio Itapemirim.

O rio Itapemirim

Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Itapemirim, a extensão da área de drenagem do rio é de cerca de 6.181 km² e abrange 17 municípios, sendo Alegre, Atílio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição de Castelo, Ibitirama, Irupi, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e Venda Nova do Imigrante em sua totalidade e, parcialmente, os municípios de Ibatiba, Iúna, Muqui, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e Vargem Alta, além de uma pequena porção do município de Lajinha, em Minas Gerais. “A bacia apresenta uma população, estimada por projeção, de 522.932 habitantes no ano de 2017” (AGERH, 2017).

O rio que divide Cachoeiro tem nascentes distantes desta cidade, pois estão localizadas no Caparaó, região serrana do estado, na divisa com Minas Gerais. Essas nascentes são formadas pelos rios Braço Norte Esquerdo e Braço Norte Direito, que aqui no Espírito Santo se unem no município de Alegre. Os principais afluentes do Itapemirim são os rios Castelo e Muqui. Após o encontro com eles, o Itapemirim parte para desaguar no Oceano Atlântico, no município de Itapemirim. Desse encontro, até o desembocar no Atlântico, o Itapemirim apresenta uma extensão de aproximadamente 135,44 km, dividido em três sub-regiões: o alto, o médio e o baixo Itapemirim, estando Cachoeiro localizado no médio Itapemirim.

O rio Itapemirim é o elo que une os lados A e B, embora divida-os geograficamente. Historicamente, representou uma das principais fontes de sobrevivência dos primeiros habitantes da região, sobretudo os Puris. Em certa medida, também havia Aimorés, Goitacazes, Tamoios, Tupinambás, Botocudos e Temiminós

(MACIEL, 1992). Foi ao redor do rio que esses povos primitivos se estabeleceram e retiraram seu sustento. Até a chegada dos primeiros exploradores europeus, viviam aqui esses povos originários.

De acordo com o historiador capixaba Luciano Moreno (2020), em entrevista que nos concedeu, houve uma leva de colonizadores que, partindo do litoral sul, região de Itapemirim, subiu o rio Itapemirim até a altura do bairro Baiminas, onde a partir desse ponto as formações rochosas no rio tornavam dificultosas as incursões rio acima. Ainda segundo o historiador, outra leva de exploradores teria vindo do interior das Minas Gerais em busca de ouro e diamante na Capitania do Espírito Santo, mais especificamente na região onde hoje está o município de Castelo. Nas minas do Castelo, em meados do século XVIII, segundo Daemon (2010), os exploradores entraram em conflito violento com os povos originários, fato que ocasionou a dispersão dos mineradores através do rio para o sul, passando por onde hoje se encontra Cachoeiro, até chegar ao litoral, em Itapemirim. O documentário “Montes do Castello: o Tesouro das Missões”, conta a história das primeiras missões jesuítas no Espírito Santo, no século XVI. No início do vídeo, há uma menção a essa fuga dos colonizadores para a região de Itapemirim. Disponibilizamos o Qr Code do documentário para acesso e conhecimento dessa parte da história do Espírito Santo.



Em Daemon (2010) também encontramos a informação de que, visando estabelecer a posse do território, bem como de institucionalizar a fiscalização dos metais preciosos que vinham do interior da Capitania a fim de evitar o contrabando, o governador da Capitania do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim, determinou que em 1816 fosse construído o Quartel da Barca, que também servia de base e refúgio para os exploradores. O Quartel da Barca ficava localizado onde hoje está o bairro Baiminas em Cachoeiro de Itapemirim. O local foi escolhido devido à dificuldade de a partir dali os exploradores continuarem as navegações pelo rio Itapemirim até as minas do Castelo. A historiografia tradicional se refere a esses impedimentos naturais do rio Itapemirim como “encachoeirados”, que seriam a formação de pequenas cachoeiras no rio e que, portanto, dificultavam as navegações. De tal interpretação, inclusive, parte a origem da denominação da cidade, onde “Cachoeiro” se refere aos encachoeirados. Contudo, segundo a interpretação do historiador

Luciano Moreno, a expressão que dá nome à cidade deriva, na verdade, de “cachões”, e não de “encachoeirados”. Ou seja, para Moreno (2020), os cachões se referem às formações de rochas no rio que causam turbulências fluviais e redemoinhos, dificultando, assim, a navegação fluvial. Dessa forma, a visão do historiador se manifesta contrária às interpretações mais comuns de que o nome Cachoeiro deriva dos encachoeirados do rio Itapemirim, no sentido de que as rochas formavam cachoeiras. Seu entendimento vai de encontro à interpretação de que tais formações rochosas se referem às turbulências fluviais oriundas dos cachões.

A respeito da outra parte da denominação da cidade, o termo Itapemirim, de origem indígena, recorreremos aos estudos do magistrado Mauro de Araújo Braga (1955), que nos informa que ita significa pedra, pé significa caminho, e mirim, pequeno. Portanto: ita + pe + mirim = pequeno caminho de pedras.

Na figura 31 visualizamos o rio Itapemirim a partir do bairro Ilha da Luz, em fotografia tirada de cima da Ponte Guadalajara, onde podemos ver algumas das formações rochosas no rio Itapemirim. À esquerda, residências no bairro Teixeira Leite, e à direita, árvores na Ilha da Luz. Ao fundo, o bairro Rubem Braga.

Figura 31 – Rio Itapemirim visto da Ponte Guadalajara



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Segundo entrevista cedida pela assessoria de comunicação da empresa BRK Ambiental, a movimentação das águas do Itapemirim, impulsionadas, inclusive pelos redemoinhos dos cachões, favorece o processo de purificação da água tratada pela empresa, pois contribui para a sua oxigenação.

Após essa breve descrição sobre alguns elementos que compõem o rio e sua história, apresentamos, a seguir, os conflitos e as contradições que conseguimos perceber nos lados A e B em Cachoeiro de Itapemirim.

APRESENTANDO OS CONFLITOS E AS CONTRADIÇÕES

Chega-se a seguinte conclusão: se a existência em todos os momentos é uma única, a cidade de Zoé é o lugar da existência. Mas então qual é o motivo da cidade? Qual é a linha que separa a parte de dentro da de fora, o estampido das rodas do uivo dos lobos?

Ítalo Calvino

Neste capítulo, apresentaremos os conflitos e as contradições presentes nos lados A e B que foram encobertos pela história tradicional, ou que não estão aparentemente expostos, mas velados.

Partiremos dos significados que podem admitir os dois termos, a começar pelo conceito de conflito, que para Marx consiste numa relação de luta, de disputa e de oposição existente entre as classes sociais, “[...] na qual um poder tenta se sobrepor ao outro, enquanto este, por sua vez, resiste” (MARX, 2009, p. 09-10). Nesse sentido, consideramos que os lados A e B expressam conflitos que nem sempre estão explícitos e, por isso, precisam ser desvelados. Em ambos os lados há conflitos entre classes sociais opostas, onde uma se vê privilegiada, enquanto a outra, marginalizada. Os conflitos afloram na medida em que as classes sociais antagônicas que coexistem nos dois lados estão em constante disputa, mesmo que esses conflitos não sejam visíveis, expostos aos olhos dos que caminham pela cidade.

Quanto ao termo contradição, para o Dicionário Online da Língua Portuguesa, por extensão, compreende a “Ausência de nexos, de coerência, de lógica; discrepância”. O mesmo dicionário também apresenta um significado filosófico com base em Marx, no qual contradição representa um “[...] estado do que coloca numa situação conflitante os mecanismos produtivos e as relações de produção”. De acordo com a concepção do Dicionário Marxista:

Embora o conceito possa ser usado como uma metáfora para qualquer espécie de dissonância, divergência, oposição ou tensão, ele assume um significado particular no caso da ação humana (ou, mais geralmente, de qualquer ação orientada para um objetivo), em que especifica qualquer situação que permita a satisfação de um fim unicamente às expensas de um outro, isto é, uma conexão ou coerção (BOTTMORE, 2001, p. 134).

A contradição, portanto, se expressa naquilo que não condiz com a essência. Com relação aos lados A e B, percebemos que, ao mesmo tempo em que os espaços possuem valores de uso para encontros coletivos e ações educativas, esses espaços não são explorados como ambientes onde sejam promovidas ações que vão além das relações mercantis impostas pelo sistema capitalista.

A partir dessa elucidação, apresentamos os conflitos e as contradições que visualizamos nos dois lados, sendo a Avenida Beira Rio, a Ilha da Luz, a Avenida Carlos Lindenberg e, também, o rio Itapemirim.

A construção da Avenida Beira Rio, realizada nos anos 1970, favoreceu o tráfego de automóveis, uma vez que antes de sua concretização, as ruas não eram pavimentadas e os carros disputavam espaços com os trens e transeuntes. Além disso, a obra do calçadão que margeia a Avenida também facilitou a locomoção dos pedestres. No entanto, para que tais obras fossem estruturadas, o rio Itapemirim precisou ser comprimido, perdendo, assim, sua forma original. Esse fato agravou ainda mais as enchentes, recorrentes na cidade desde o século XIX.

Figura 32 – Histórico das enchentes em Cachoeiro



Na figura 32, podemos ler um trecho da matéria escrita por Higner Mansur para o jornal O Fato sobre o histórico das enchentes em Cachoeiro de Itapemirim.

Fonte: Jornal O Fato, 2011.

Essas informações sobre as enchentes em Cachoeiro nos levam a compreender que tais calamidades são recorrentes desde meados do século XIX. No entanto, vale ressaltar que esses registros foram feitos a partir da chegada dos primeiros exploradores na região e, portanto, não temos conhecimento de cheias do Itapemirim anteriores.

Diante de tal constatação, destacamos algumas contradições: existem registros de enchentes antes da chegada dos exploradores? Se sim, onde estão? Quem os preservou? Se não, por que não houve preservação dos registros feitos pelos povos originários que viveram na região antes dos colonizadores? Além disso, também questionamos o porquê de não haver iniciativas públicas que cuidem de amenizar as consequências das enchentes em Cachoeiro de Itapemirim, visto que elas continuam ocorrendo, cada vez mais intensas.

Em 1873, segundo informação de Maciel (1999), havia legislação municipal que proibia construções às margens do rio, o que nos leva a entender que durante um certo período, houve certa preocupação institucional em regular as construções às margens do Itapemirim. Contudo, analisando a publicação, notamos que o objetivo da proibição não consistia em ação que visasse a preservação ambiental, mas, sim, ao atendimento de uma demanda de particulares, visto que as construções eram proibidas para que não prejudicassem a vista para o rio daqueles que viviam nos arredores do Itapemirim.

CAPÍTULO III

Acreditamos que, se por um lado a construção da Avenida Beira Rio melhorou a qualidade do tráfego pela região, por outro, descaracterizou o rio Itapemirim, agravando, inclusive, as enchentes no local. Neste lado (A), a construção do muro por toda a sua extensão impede, de certa forma que a água das cheias invada alguns estabelecimentos. Contudo, em vários pontos da Avenida ocorrem alagamentos, como podemos observar na figura 33, durante a enchente no ano de 2016.

Figura 33 – Enchente do rio Itapemirim na Avenida Beira Rio



Fonte: Jornal Folha Vitória, 2016.

Na figura 34, vemos o mesmo trecho da Avenida mostrado acima, agora na enchente do ano de 2020.

Figura 34 – Enchente do rio Itapemirim vista da Avenida Beira Rio



Fonte: Jornal Folha Vitória, 2020.

A partir dessas informações, podemos questionar também por que a construção nas margens do Itapemirim não foi controlada pelo poder público desde o início da ocupação na região. Entendemos a dificuldade em reordenar o espaço citadino e desapropriar todos os imóveis erguidos de forma irregular atualmente. Mesmo assim, indagamos: o que pode ser feito hoje para que Cachoeiro não sofra tanto com os impactos causados pela enchente do rio Itapemirim? Quais ações o poder público pode realizar? Quais ações a sociedade civil pode realizar?

Tais contradições aqui levantadas até agora sobre o lado A envolvem o rio Itapemirim e a Avenida Beira Rio. Acreditamos que são inquietudes relevantes que podem ser apropriadas por educadores e repassadas de forma didática aos estudantes, de forma a contribuir para uma leitura crítica da ocupação humana na natureza e suas consequências sociais e ambientais. Entretanto, essas não são as únicas abordagens que podemos sugerir.

CAPÍTULO III

Como já mencionado, em 2019 a Prefeitura iniciou obras de reforma de parte do calçadão da Avenida, que só foram concluídas em 2020, por causa da enchente que ocorreu no início daquele ano. O trecho que recebeu o melhoramento vai da Ponte Juscelino Kubitschek até o encontro da Avenida com a Rua Bernardo Horta. Com a reforma, as pedras portuguesas foram retiradas e substituídas por pavimentação em solo-cimento. Mostramos na figura 35 como ficou o calçadão da Avenida após a reforma.

Figura 35 – Trecho da Avenida Beira Rio após reforma



Fonte: acervo da autora, inverno de 2020.

Entendemos que manter as pedras portuguesas após a reforma representaria a possibilidade de explorar o potencial cultural e histórico da estrutura original da Avenida Beira Rio. Contudo, apesar da substituição das pedras, ainda resta uma parte da Avenida na qual elas permanecem, no trecho em que a Avenida se encontra no Centro da cidade, onde está a Ponte de Ferro e a Praça de Fátima. Diante de tal informação, cabem indagações do tipo: considerando que a inserção das pedras portuguesas na Avenida Beira Rio foi inspirada no calçadão de Copacabana, no Rio de Janeiro, havia alguma relação entre Cachoeiro e este estado no período das obras?

Quais eram as orientações políticas que permeavam as ações na época? Ou, ainda: considerando a filiação de Ferraço à Arena, podemos estabelecer relação entre a obra da Avenida Beira Rio com a lógica das obras realizadas durante o Regime Militar no Brasil? Essas e outras indagações podem ser pensadas a fim de questionarmos os motivos e intenções que envolvem a construção da Avenida Beira Rio em Cachoeiro de Itapemirim. Acreditamos que, suscitando tais reflexões, podemos inspirar uma maior participação popular no tocante às ações do poder público na cidade.

Ainda sobre a obra de reforma ocorrida na Avenida Beira Rio, como já mencionamos, sabemos que foram inseridos equipamentos esportivos nos dois pontos extremos da área reformada, qual seja: na esquina da Ponte Juscelino Kubitscheck e no final da Avenida, conforme podemos ver nas figuras 36 e 37.

**Imagem 36 – Equipamentos esportivos na Avenida Beira Rio
(Ponte Juscelino Kubitscheck)**



Fonte: acervo da autora, inverno de 2020.

Figura 37 – Equipamento esportivo no final da Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Nesse aspecto, quanto ao incentivo de atividades físicas, acreditamos ser uma ação que promove o encontro coletivo e a apropriação do lugar em seu valor de uso, pois acreditamos que, nesses momentos, as intenções mercantilistas não são prioridade. Contudo, apesar de representar o valor de uso do espaço, percebemos que o poder público não se preocupou em explorar o potencial cultural, histórico ou ambiental da Avenida com a reforma realizada. Pensamos ser totalmente possível que ações educativas sejam implementadas nessa região, mediante o valor histórico intrínseco a ela, bem como o valor ambiental inerente ao rio Itapemirim.

CAPÍTULO III

Quanto aos aspectos arquitetônicos, observamos que paralelo ao calçadão da Avenida Beira Rio, além de prédios residenciais, também existem vários estabelecimentos comerciais, como supermercado, lanchonetes e pizzarias, além de um batalhão da Polícia Militar. Esses elementos, combinados com a beleza natural e o frescor oferecido pela proximidade com o rio Itapemirim, tornam a Avenida Beira Rio um cartão-postal da cidade.

Na figura 38 vemos um trecho da Avenida em que se encontra o único teatro da cidade (imóvel com listras branca e marrom), hoje inutilizado desde a enchente de 2020; e o Supermercado Casagrande. Na fotografia também podemos notar, à esquerda, parte do calçadão reformado, na esquina da Ponte Juscelino Kubitschek

Figura 38 – Trecho da Avenida Beira Rio, vendo-se os fundos do Teatro Rubem Braga e do Supermercado Casagrande



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Já na figura 39, vemos o 9º Batalhão da Polícia Militar, situado ao lado do Supermercado Casagrande.

Figura 39 – Batalhão da Polícia Militar na Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Na figura 40, visualizamos um dos restaurantes mais frequentados da cidade, onde também funciona um hotel, já no final da Avenida Beira Rio.

Figura 40 – Restaurante e hotel Rio Grande na Avenida Beira Rio



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Com a reforma concluída em 2020, a Avenida Beira Rio foi ainda mais favorecida com o estímulo de novos empreendimentos comerciais e imobiliários. Dessa forma, seguindo a lógica do consumo do lugar, não percebemos, por iniciativas dos estabelecimentos que existem na Avenida Beira Rio, o interesse em promover ações que explorem o valor de uso do local. Do contrário, percebemos que a valorização que permeia a Avenida Beira Rio atende somente às demandas mercantis, já que, exceto pela prática de exercícios físicos no calçadão, as pessoas frequentam a região com o objetivo de consumir mercadorias.

Percebemos que a Avenida Beira Rio guarda enorme potência para o uso comum, pois tradicionalmente, mesmo antes da reforma de 2020, é utilizada pela população da cidade para encontros e práticas de esportes, por exemplo. Igualmente, pode ser aproveitada para atividades lúdicas, artísticas, ambientais e educativas. No entanto, não existem tais iniciativas por parte do poder público e nem privado, embora, como consequência dos investimentos recebidos, tenha ocorrido um aumento do local pela população. Além disso, notamos ainda que a população menos abastada pouco frequenta a região, fato que contribui para o processo de segregação socioespacial. Acreditamos ser possível que todos os moradores, independente da classe social, ocupem esses espaços.

Cabe, então, questionarmos: quem usa a Avenida Beira Rio? Por que apenas o lado sul recebe investimentos nos setores imobiliário, urbanístico e paisagístico, enquanto outras áreas periféricas permanecem desprivilegiadas? Por que os investimentos de manutenção do calçadão da Avenida Beira Rio não visaram promover aspectos da história, natureza e cultura da região?

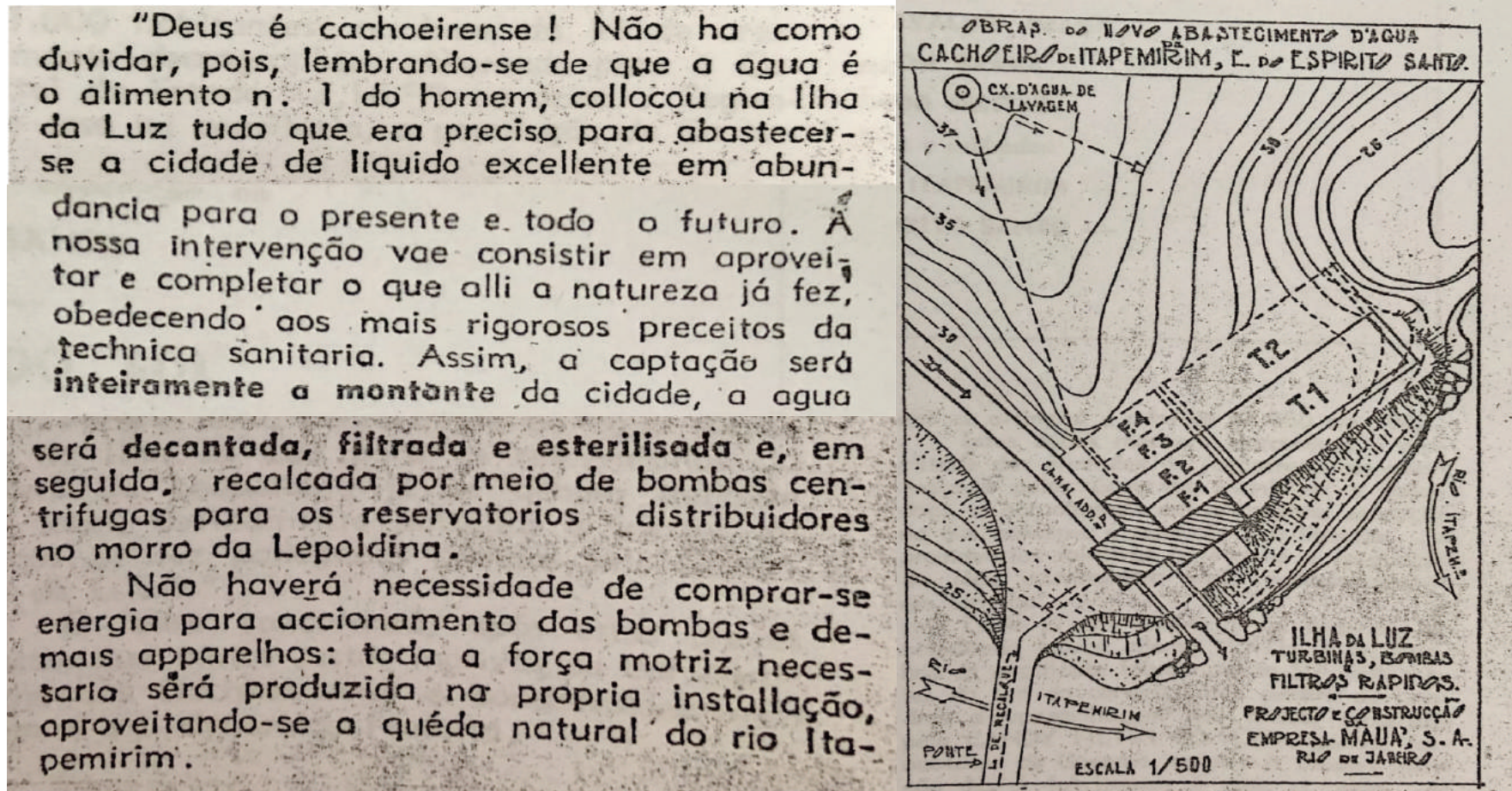
Intentamos, com os questionamentos levantados até aqui, suscitar o olhar crítico do leitor sobre como, apesar dos investimentos recentes em infraestrutura destinados à Avenida Beira Rio, não existe estímulo do poder público para promover o seu aproveitamento cultural, histórico ou ambiental, na direção do aproveitamento do local como um lugar de encontro e aprendizados, com base em práticas que não estejam relacionadas à lógica do consumo do lugar como uma mercadoria. Da mesma forma, buscamos despertar o questionamento sobre por que a Avenida Beira Rio, sendo o lado A, é visada para receber benefícios públicos em detrimento do lado B, correspondente à Ilha da Luz e a Avenida Carlos Lindenberg.

A respeito do lado B, descobrimos que a região correspondente à Ilha da Luz há anos é utilizada devido ao potencial hídrico do rio Itapemirim, visto que nela foi construída uma usina hidrelétrica em 1903. Sabemos que antes de se chamar Ilha da Luz o local era chamado de Ilha da Boa Esperança. Além disso, sabemos também que a obra referente à usina foi realizada durante a administração de Bernardo Horta de Araújo, e que o mesmo abriu concorrência pública para a construção da usina, que por sua vez foi realizada pela empresa Força e Luz, de Antônio Gonçalves Neves (SANTOS, 2012). Apesar de conseguirmos tais informações, percebemos que a historiografia local traz pouca contribuição sobre a fundação da hidrelétrica e que não há em Cachoeiro de Itapemirim material suficiente para o conhecimento da história por trás de sua construção. Nesse sentido, na tentativa de complementar nossa pesquisa, buscamos junto à empresa BRK Ambiental, atual concessionária de serviços de tratamento de água e esgoto da cidade, localizada na Ilha da Luz, mais informações sobre a Ilha da Luz.

CAPÍTULO III

Segundo entrevista cedida pela BRK, não há material histórico disponível sobre a fundação da usina e nem setor responsável por esse tipo de trabalho de conservação de sua história. O que se tem de permanência do passado é a utilização de alguns equipamentos originais das primeiras instalações de tratamento de água da cidade, que datam dos anos 1930. A figura 41 é de uma publicação da revista “Cachoeiro de Itapemirim: uma publicação diferente”, de 1939, onde consta o registro da construção da primeira estação de tratamento de água na Ilha da Luz.

Figura 41 – Registro sobre a primeira estação de tratamento de água na Ilha da Luz



Fonte: Revista “Cachoeiro de Itapemirim: uma publicação diferente”, 1939.

Figura 42 – Cano interceptor de esgotos residenciais no Centro de Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: acervo da autora, outono de 2020.

Sabendo da importância histórica da Ilha da Luz para Cachoeiro de Itapemirim, acreditamos que uma parceria entre o poder público e empresas privadas, como a BRK Ambiental, poderia fomentar a realização de ações educativas e ambientais que visassem esse resgate histórico da fundação da hidrelétrica e da estação de tratamento de água na cidade. Dessa forma, estariam ao alcance da população tais informações sobre realizações tão expressivas para a história e a cultura de Cachoeiro de Itapemirim.

Com relação ao tratamento de água e esgoto na contemporaneidade, sabemos que antes da atuação da BRK Ambiental, o serviço foi realizado pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), pela Citágua Águas de Cachoeiro e pela empresa Foz do Brasil. Em 1998 a BRK conseguiu a concessão para realizar o serviço e desde então é responsável pelo tratamento de 98% do esgoto na área urbana, segundo informações cedidas pela assessoria de comunicação da empresa. Percebemos que com a evolução do tratamento da água e do esgoto pela BRK em Cachoeiro de Itapemirim, principalmente com a instalação dos canos interceptores nas margens do rio, que levam os esgotos residenciais até a unidade de tratamento, o rio tem apresentado um aspecto muito mais limpo. Na figura 42, vemos uma fotografia onde se pode identificar um dos canos interceptores que passam pela Avenida Beira Rio.

No entanto, mesmo com a instalação dos interceptores, infelizmente ainda conseguimos flagrar atitudes de desrespeito pelo meio ambiente em alguns pontos da cidade, onde o esgoto é despejado diretamente no rio Itapemirim, como vemos na figura 43.

Figura 43 – Esgoto sendo despejado diretamente no rio Itapemirim no Centro da cidade



Fonte: acervo da autora, outono de 2020.

Consideramos que tais atitudes isoladas de desrespeito ao meio ambiente contribuem para o afastamento da população das áreas naturais da cidade, como o rio Itapemirim, por exemplo. Contudo, apesar desse contexto, a BRK promove constantemente ações educativas com os moradores ribeirinhos e escolas da cidade, no sentido de orientar sobre o despejo de lixo e esgoto nas margens do rio e sobre a importância do Itapemirim. No entanto, ainda nos cabe a indagação sobre o motivo de não haver fiscalização do poder público que incida sobre particulares e estabelecimentos comerciais da cidade a respeito da poluição do rio Itapemirim.

Não podemos deixar de destacar outro elemento da Ilha da Luz que possui grande relevância histórica e cultural: a Fábrica de Pios Maurílio Coelho, a primeira do ramo a ser fundada na América Latina, ainda no início do século XX. Fundada por Maurílio Coelho, produzia pios de madeira que imitavam os sons das aves, principalmente galináceas, caçadas para alimentação. Salientamos que na época em que foi fundada, as caças esportivas eram comuns, e muitos dos clientes de Maurílio adquiriam os pios para tal finalidade.

Contudo, com o passar dos anos, as concepções sociais e regulamentações sobre esse tipo de atividade foram mudando. Por isso, atualmente, segundo Coelho (2020), a Fábrica não mais produz pios para caça de aves, mas, sim, como artigos de souvenir e instrumentos musicais, por exemplo.

A história da família Coelho e da Fábrica de Pios servem como fontes histórica e cultural para a cidade. Através delas podemos explorar diversas outras potencialidades educativas, como os elementos naturais da região sendo a fauna, a flora e o rio Itapemirim, a arte da fabricação dos pios etc. No entanto, apesar da Ilha da Luz e da Fábrica de Pios serem espaços reconhecidos como patrimônios históricos e ambientais garantidos pela lei municipal nº 5484/2003, notamos que não há iniciativa do poder público em promover o resgate, preservação e manutenção desses espaços. Essa regra se aplica, sobretudo, à Fábrica de Pios, que não recebe investimentos desde sua fundação, segundo Coelho (2020), visto o estado em que se encontra atualmente, principalmente depois da enchente de 2020.

CAPÍTULO III

Na figura 44 vemos a área interna da Fábrica de Pios atualmente.

Figura 44 – Interior da Fábrica de Pios



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

CAPÍTULO III

Já na figura 45, vemos outra fotografia do interior da Fábrica, de uma das áreas onde os pios são confeccionados.

Figura 45 – Interior da Fábrica de Pios, processo de produção



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

O descaso governamental com a preservação de áreas públicas contribui para obstaculizar ações educativas nesses locais, além de afastar ainda mais a população do conhecimento que poderia ser adquirido sobre a história desses espaços e sua relação com a história do surgimento da cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Desde 2018, a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim intenciona colocar em prática a construção de um parque urbano na Ilha da Luz, uma demanda pública que se arrasta há anos. Em julho de 2019, foi anunciado um acordo entre a Prefeitura de Cachoeiro, a BRK Ambiental e o Poder Judiciário para a construção do parque na Ilha da Luz, conforme publicação no Diário Oficial do município de 18 de julho daquele ano. O projeto, elaborado pelas secretarias municipais de Modernização e Análise de Custos (Semmac) e Desenvolvimento Urbano (Semdurb), visa à criação de área arborizada para lazer e esportes, com objetivo de integrar sociedade e meio ambiente. O processo licitatório para seleção de empresa especializada para realizar as obras estava em andamento desde 2019. Em dezembro de 2021 foi publicado no Diário Oficial do município o resultado da concorrência pública e aprovada a obra no valor de R\$ 7.190.854,95 (sete milhões, cento e noventa mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa cinco centavos). Vemos na figura 46 uma ilustração que simula como ficará o parque urbano da Ilha da Luz.

Figura 46 – Representação do projeto de parque urbano na Ilha da Luz



Fonte: Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, 2019.

Apresentamos através do Qr Code a seguir um vídeo produzido pela Prefeitura de Cachoeiro que mostra o projeto do parque urbano da Ilha da Luz.



CAPÍTULO III

Apesar de haver um plano para a construção de um parque urbano na Ilha da Luz, enquanto isto não ocorre, o local serve para encontros isolados de populares que buscam o ambiente para praticar esportes ou realizar passeios em família. Principalmente antes da pandemia de COVID-19, a municipalidade promovia, em pelo menos duas vezes na semana, feiras de agricultura familiar no pavilhão de eventos da Ilha da Luz. Nesses momentos, houve o encontro coletivo e o incentivo do consumo de produtos não industrializados, ação que fortalece o pequeno agricultor. Na figura 47 vemos um registro de um desses dias de feira na Ilha da Luz.

Figura 47 – Feira de agricultura familiar na Ilha da Luz



Fonte: acervo da autora, outono de 2021.

CAPÍTULO III

Salientamos, ainda, que mesmo que haja o serviço de limpeza pública na Ilha da Luz, em alguns momentos de nossa pesquisa observamos uma certa quantidade de lixo acumulada em alguns locais. Sabemos que muitos desses resíduos chegam até o rio, poluindo-o. Na figura 48 vemos uma fotografia onde percebemos o lixo está acumulado próximo ao parque arborizado.

Figura 48 – Registro de lixo dentro da Ilha da Luz



Fonte: acervo da autora, verão de 2021.

Observamos, a partir dessas informações, algumas contradições: por que não há incentivo público para ações ambientais e educacionais na Ilha da Luz? Considerando que a Ilha da Luz está localizada entre bairros periféricos da cidade, a proximidade entre esses espaços relaciona-se com o descaso público? Por que não há mobilização popular que reivindique a utilização da Ilha da Luz como ambiente para cultura e lazer? Por que ainda não houve iniciativa pública para criação de um acervo histórico sobre a Ilha da Luz? Por que não há investimentos públicos na preservação e manutenção da Fábrica de Pios, visto que esta é reconhecida como patrimônio histórico e cultural da cidade?

Buscamos compreender por que a Ilha da Luz ainda não é devidamente apropriada pela população de Cachoeiro de Itapemirim, seja através de seu espaço físico para encontros, seja pela potência em conhecimento histórico que representa. Presumimos que, independentemente de haver um projeto para construção de um parque na Ilha da Luz, a região encontra-se distante das perspectivas públicas para a melhoria das condições ambientais e sociais. Acreditamos não ser de interesse dos poderes públicos o investimento em ambientes naturais como a Ilha da Luz, cercada pelo rio Itapemirim e com diversidade de fauna e flora, pois supomos que estes espaços ainda não estão inseridos na lógica mercantilista do consumo. Da mesma forma, com relação à Fábrica de Pios, percebemos o mesmo potencial de uso, uma vez que é possível explorar, além do aspecto histórico, a potencialidade cultural que a fabricação dos pios carrega. Visualizamos que, se fossem destinados investimentos para sua manutenção e preservação, a visitação de grupos escolares seria

uma constante, por exemplo.

Outro espaço que compreende o Lado B é a Avenida Carlos Lindenberg. Conforme já apresentado, a Avenida está localizada em região vizinha à Ilha da Luz, entre bairros que são considerados periféricos na cidade: Novo Parque, Rubem Braga e Village da Luz. Sabemos que desde a conclusão das obras do calçadão da orla da Avenida Carlos Lindenberg, em 2014, não foram feitos investimentos públicos para sua manutenção e preservação. Observamos grande quantidade de mato crescendo pela calçada, o que impossibilita a circulação dos pedestres; há também a presença de lixo na calçada e nas margens do rio Itapemirim, além do despejo de esgoto diretamente nelas, o que agrava o processo de poluição.

Na figura 49, vemos um dos locais onde o esgoto é despejado nas margens do Itapemirim, na Avenida Carlos Lindenberg.

Figura 49 – Esgoto sendo despejado às margens do Itapemirim na Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Com a realização da obra do calçadão, foram inseridos elementos para uso coletivo, como bancos, quiosques, deck para pesca e playground para crianças. Vemos na figura 50 a área onde está o deck de madeira.

Figura 50 – Deck de madeira na Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Com o passar dos anos e da falta de manutenção e preservação, a área contemplada pelas obras passou a apresentar um aspecto de abandono. Os espaços também vêm servindo de abrigo para população em estado de vulnerabilidade social.

Na figura 51 trazemos uma fotografia em que aparecem alguns bancos dispostos pela calçada com vistas para o Itapemirim.

Figura 51 – Bancos na calçada da Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, outono de 2020.

Em nossas visitas ao espaço não vimos a população utilizando os bancos. Isso nos leva a questionar o motivo de não serem aproveitados: será falta de incentivo público? Será por causa do aspecto do rio Itapemirim? Pela poluição que a população vê em sua margem? Será que, ao invés de causar admiração, o rio Itapemirim causa repulsa na população?

Antes do início do calçadão na Avenida Carlos Lindenberg há uma quadra de esportes que também se encontra em péssimo estado, sem qualquer possibilidade de ser utilizada pela população do local, como podemos observar na figura 52. Em nossas visitas ao espaço, observamos que a quadra também se transformou em abrigo para a população em vulnerabilidade social e que há grande quantidade de lixo dentro e fora dela.

Figura 52 – Quadra de esportes na Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Após o fim do calçadão, em direção ao bairro Rubem Braga, existem residências que foram construídas às margens do Itapemirim e, por isso, não há calçada à beira do rio para a locomoção dos pedestres. Podemos constatar que não houve fiscalização do poder público quanto às construções na margem do rio Itapemirim e que a ocupação se efetivou com o passar dos anos sem qualquer tipo de planejamento urbano.

Para além das casas, ainda na Avenida Carlos Lindenberg, em direção ao bairro Village da Luz, notamos uma região composta por intensa vegetação original e com grande potência educativa-ambiental. Contudo, a área é marginalizada e não há preocupação em investimentos para o uso coletivo dela, com ações ambientais, por exemplo, já que é uma área onde, aparentemente a vegetação é original além de ser margeada pelo rio Itapemirim. Próximo a essa área é onde acreditamos que estava localizada parte da Fazenda Monte Líbano, onde viveu a família Monteiro Lindenberg.

Na figura 53 podemos observar um trecho desse espaço.

Figura 53 – Área natural após a Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, inverno de 2021.

Na figura 54 vemos uma fotografia da antiga Fazenda Monte Líbano.

Figura 54 – Fazenda Monte Líbano no século XX



Fazenda Monte Líbano

"Esta fazenda era propriedade dos pais de Jerônimo, Bernardino e Dom Fernando Monteiro."
(Nelson Sylvan)

Fonte: acervo de Nelson Sylvan disponibilizado por Higner Mansur.

São poucos os registros que encontramos que guardam a história da antiga Fazenda Monte Líbano e da família Monteiro Lindenberg. Não há em Cachoeiro de Itapemirim manifestação do poder público em resgatar essa história, tampouco há vestígios das construções no local que possam servir como fonte histórica.

A reunião das circunstâncias de descaso do poder público municipal com a Avenida Carlos Lindenberg, bem como com os espaços naturais que a compõem, resultam no desprestígio da região também por parte da comunidade local. Nesse cenário, o que vemos é um agravamento da segregação socioespacial e intensificação da marginalidade. Nesse sentido, questionamos: sendo a Avenida Carlos Lindenberg o lado B da Avenida Beira Rio e possuindo, assim como esta, igual potencial para encontros coletivos, por que a Avenida Carlos Lindenberg não recebe investimentos para sua manutenção e preservação? Quem utiliza a Avenida Carlos Lindenberg? A quem interessa o descaso com ela? Por que não foram feitos investimentos que aproveitassem a potência de seus encontros coletivos? Por que não foram feitos investimentos para a preservação das margens do rio Itapemirim em sua extensão? Considerando que a Avenida Carlos Lindenberg está localizada entre áreas periféricas da cidade, há alguma relação do descaso público com essa questão? Por que a Avenida Carlos Lindenberg é preterida em relação à Avenida Beira Rio? Por que não houve iniciativas em promover a história de formação dos bairros que compõem a Avenida Carlos Lindenberg?

Observamos que não há interesse da administração municipal em desenvolver políticas públicas que cuidem da manutenção e preservação desse local. Mais uma vez, podemos constatar que não

existe preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida da população que reside em áreas menos abastadas, pois caso existisse, as áreas localizadas em regiões periféricas da cidade, como as que estão na Avenida Carlos Lindenberg e na Ilha da Luz, receberiam a mesma atenção que outros espaços que compreendem áreas nobres da cidade, como a Avenida Beira Rio, por exemplo.

Considerações sobre os conflitos e as contradições

Verificamos que nos lados A e B existem conflitos entre as classes sociais. São conflitos gerados pela expressão das contradições geradas no espaço. Nesse horizonte, enquanto os que detêm maior poder aquisitivo ocupam e utilizam, em sua maioria, os espaços aos quais são destinados investimentos em infraestrutura, a população menos abastada se vê rechaçada dos ambientes de uso coletivo. A população mais pobre se vê segregada não somente dos espaços físicos comuns, mas também da apropriação de conhecimentos sobre a própria história.

Conseguimos constatar o quanto a Avenida Beira Rio, ao mesmo tempo em que possui potencialidades educativas, também expressa o valor de troca da região. Os conflitos e contradições se expressam nela na medida em que parece ser mais viável e rentável aos órgãos públicos investir na aparência de locais que se colocam como cartões-postais da cidade, ou, ainda, que se apresentam como refúgio das classes mais abastadas, enquanto em regiões periféricas, os espaços de uso comum são relegados ao esquecimento e à

depreciação, excluídos da possibilidade das benfeitorias e do embelezamento da cidade. Tais características impulsionam a segregação socioespacial e estimulam conflitos pela ocupação dos espaços públicos da cidade.

Entendemos que vem ocorrendo, no decorrer dos anos, um processo cada vez mais agressivo de segregação socioespacial, que divide a cidade de Cachoeiro de Itapemirim em duas partes: o lado A, que atende às classes econômicas mais favorecidas (próximo à Avenida Beira Rio), e o lado B, que fica preterido por estar próximo aos bairros mais pobres da cidade (regiões próximas à Ilha da Luz e à Avenida Carlos Lindenberg).

Aos mais abastados, a infraestrutura e o embelezamento; aos menos favorecidos, o descaso e a precarização dos espaços comuns. Outrossim, a ausência de investimentos e incentivos públicos vem afastando, cada vez mais, a população, seja de um lado ou do outro, das áreas naturais da cidade. Entendemos que a Avenida Beira Rio, a Ilha da Luz e a Avenida Carlos Lindenberg expressam a lógica histórica da mercantilização da cidade, na medida em que há uma valorização do espaço que é ocupado pelas classes mais abastadas e uma marginalização das áreas onde vive a população de baixa renda. Nesse sentido, a Avenida Beira Rio, por representar uma área que abriga população de classe média e alta, recebe investimentos públicos para melhoramentos urbanos, enquanto as regiões da Ilha da Luz e da Avenida Carlos Lindenberg, por estarem situadas em bairros com população de baixo poder aquisitivo, encontram-se ainda mais marginalizadas, sem incentivos públicos para a valorização de seus espaços de uso comum. Há, portanto, na Ilha da Luz, na Avenida Beira

e na Avenida Carlos Lindenberg formas de poderes hegemônicos que se sobrepõem aos demais poderes não hegemônicos, ao coletivo, ou, ainda, à natureza próxima a esses espaços.

Entretanto, apesar das tensões enunciadas, também destacamos algumas fissuras que abrem caminho para uma nova forma de produzir a vida urbana e colocam em xeque a lógica do valor. As fissuras representam as possibilidades de manifestações populares independentes da ação governamental. São às fissuras que devemos maior atenção se quisermos compreender e explorar as possibilidades de uma nova forma de práxis da vida urbana. Nelas, encontramos expressões sociais que vão além das trocas pecuniárias, por isso, não exprimem a lógica da mercantilização das relações entre o ser humano e o meio ambiente. Por essa razão, acreditamos que o professor detém um papel fundamental na condução dos conhecimentos já produzidos pela sociedade, enquanto mediador nesse processo.

Portanto, pensando em auxiliar educadores e demais interessados a realizar uma leitura da cidade de forma a enxergar essas fissuras, bem como os conflitos e as contradições socioespaciais, apresentaremos a seguir alguns roteiros que poderão ser feitos a pé pelos lados A e B e que ajudarão na leitura crítica e atenta da cidade, com base nas informações sobre os dois lados já apresentadas até aqui.

VIAGEM FORMATIVA

Viajando percebe-se que as diferenças desaparecem: uma cidade vai se tornando parecida com todas as cidades, lugares alternam formas ordens distâncias, uma poeira informe invade os continentes. O seu atlas mantém intatas diferenças: a multiplicidade de qualidades que são como as letras dos nomes.

Ítalo Calvino

Viagem Formativa é mais um dos conceitos desenvolvidos pelo Gepech. Consiste na ideia de que o reconhecimento da cidade possa ocorrer através de visitas mediadas. Isso não significa apenas um caminhar pela cidade, “[...] mas um passeio intencionalmente organizado em alguns lugares citadinos” (CÔCO et al. 2021, p. 46). As Viagens Formativas vão muito além de um passeio pela cidade, elas sugerem olhares dedicados a perceberem o que está por trás da aparência dos espaços visitados, buscando desvelar as simbologias representadas na cidade (CÔCO, DELLA FONTE E LEITE, 2019).

Portanto, as visitas mediadas não representam apenas a ida a lugares da cidade; articuladas com as outras ações do grupo de pesquisa, elas pretendem fomentar uma nova formação subjetiva, cultural, a partir do olhar apurado que problematiza os conflitos que se materializam na cidade. Mostram-se, desse modo, como momento privilegiado no qual temos a cidade diante de nós: ela nos confronta e nós a interpelamos; com ela dialogamos, perscrutamos suas existências históricas. Ao fazer isso, abre-se, em nós, pesquisadores, a chance de reconstruí-la, mudar a cidade na qual habitamos e a cidade que em nós habita (CÔCO; DELLA FONTE; LEITE, 2019, p. 73).

A partir desse norte, apresentamos dois roteiros de Viagem Formativa que podem ser feitos a pé pelos interessados em conhecer a cidade para além de sua aparência observável.

Durante as visitas mediadas, os viajantes têm a oportunidade de interagir, tanto entre eles, quanto com o meio que visitam. Desse modo, intentamos compartilhar, sobretudo com docentes, formas de olhar a cidade percebendo as fissuras que permitem ações educativas inovadoras e que problematizam os conflitos e as contradições que apontamos. Não obstante, acreditamos que conseguiremos despertar também um olhar de contemplação, que cuide de captar a essência dos espaços visitados.

Assim, a leitura da cidade deve ser formativa, especialmente, pela compreensão da composição de sua grafia urbana, com suas ruas, mercados, praças, igrejas, monumentos, palácios, museus, trânsito, escolas, cultura, imagens, enfim, com a diversidade dos elementos constituintes e suas contradições (CÔCO et al. 2021, p. 47).

Feitas tais explicações, apresentamos a seguir as Viagens Formativas que elaboramos para os lados A e B.

VIAGEM FORMATIVA 1: AVENIDA BEIRA RIO

O primeiro percurso de nossa Viagem Formativa é com destino à Avenida Beira Rio. Partimos da escola Inah Werneck, situada no bairro Aquidaban, passando pelas ruas Cariri e Parecis até a rotatória na Praça Gastão Pim, de onde atravessaremos a Ponte Guadalajara, que dá acesso à Avenida Beira Rio. Mostramos na figura 55 uma fotografia da fachada da escola.

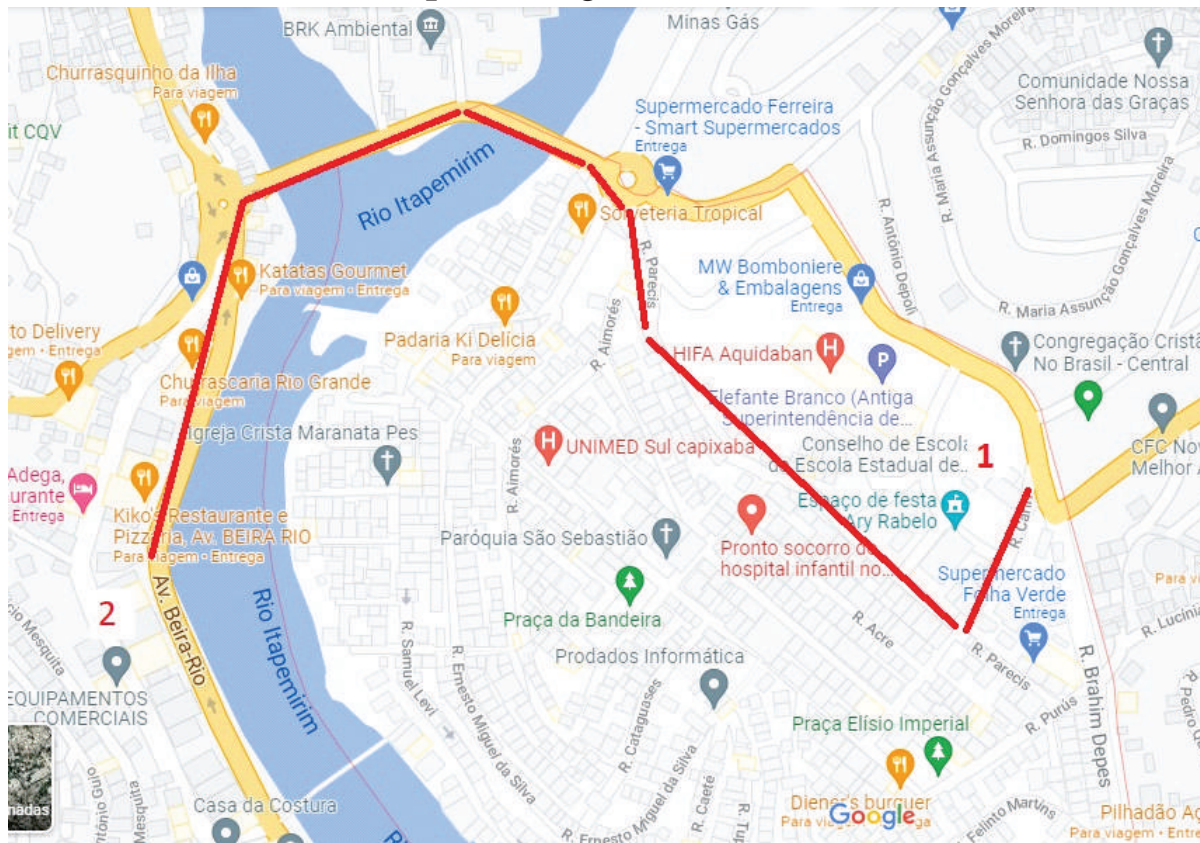
Figura 55 – EEEFM Professora Inah Werneck em Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: acervo da autora, verão de 2021.

Pensamos ser esse o melhor itinerário pois ele nos dá acesso à parte final da Avenida Beira Rio, no bairro Guandu, mais próxima à escola Inah Werneck. Durante o trajeto, analisaremos as mudanças e permanências com relação ao passado, com base nas informações que já apresentamos, e também possíveis conflitos e contradições explícitos e implícitos. No mapa 7, observamos o trajeto 1, onde o número 1 representa a escola Inah Werneck e o número 2, a Avenida Beira Rio.

Mapa 7 – Viagem Formativa 1



Fonte: Google Maps, 2021.

Saindo da escola Inah Werneck, nossa primeira problematização consiste no fato de as ruas pelas quais passamos, Cariri e Parecis, receberem nomes de povos originários mas, contraditoriamente, não haver nenhuma referência no bairro e nem na história tradicional sobre a origem das denominações ou sobre quem foram esses povos, exceto pelas placas de identificação nas ruas. Nesse sentido, levantamos os seguintes questionamentos aos que realizam essa primeira viagem: o que sabemos sobre as tribos Cariri e Parecis? Temos alguma referência sobre a existência desses ou de outros povos originários em Cachoeiro de Itapemirim? Qual a explicação para a escassez de informações sobre eles? São relevantes as informações sobre esses primeiros habitantes da região?

Tomando como base esses questionamentos, trazemos trechos de uma crônica do escritor capixaba Levy Rocha, na qual ele aborda a temática dos povos originários do Espírito Santo, chamada “Remanescentes Neolíticos do Índio”, da obra Crônicas de Cachoeiro, de 1966. Convidamos os leitores a apreciarem o conteúdo de tal registro:

Remanescentes Neolíticos dos Índios

[...]

A terra capixaba, que no tempo de Cabral tinha índio como formiga, recebeu, na extensão da sua costa azul, o batismo tupi: Itabapoana; Siri; Marataíses; Itapemirim; Itaoca; Piúma; Iriri; Ubu; Guarapari; Meaípe; Muquiçaba; Suá; Piraém; Jacareípe... Em tôda essa região, bem palmilhada, foram muitos os sambaquis ou ostreiras, deixados como marcos das diversas tribos itinerantes: Tupinambás, Tupiniquins, Goitacás, Botocudos, Puris... Os fabricantes de cal, que vieram depois, se incumbiram de consumir êsses “livros abertos”, para os pesquisadores. Os cemitérios indígenas, onde outrora era relativamente fácil escavar uma urna funerária, tornaram-se extremamente raros. As grutas e cavernas vêm sendo transfiguradas pelos visitantes curiosos, que destroem ou carregam os elementos de maior interêsse do arqueologista. Só mesmo algum fator ocasional e adverso, como a emanação de gás carbônico, consegue preservar parte de uma importante gruta como a do Limoeiro, no Castelo.

[...]

Recordo-me de um achado, em 1940, na fazenda Santa Rosa, próxima ao município de Cachoeiro de Itapemirim, numa pedra a 500 metros de altura, em uma gruta formando imenso salão escavado na rocha, sôbre o abismo, medindo 50 ms. De frente, por 20 ms. De profundidade e 30 ms. De altura: ossos de oito pessoas, seis adultos e duas crianças; um rêde de fibra de tucum; uma pele de onça jaguatirica, provável agasalho, e alguns metros de corda de tucum, de uso presumível para acesso àquele local.

Após a leitura desse trecho da crônica de Rocha (1966), somos levados a refletir sobre o porquê – considerando que Cachoeiro foi ocupado, sobretudo, por tribos de Puris e Botocudos – não vemos iniciativas que promovam a recuperação da cultura desses povos. Indagamos: haveria vestígios fósseis dos primitivos donos da terra no bairro Aquidaban? Por que há menção aos povos primitivos no bairro, mas não há nenhuma iniciativa que resgate a história deles? De que forma o conhecimento sobre eles contribuiria para a Educação na Cidade em Cachoeiro de Itapemirim?

Sabemos da necessidade de conhecer um pouco da história das tribos que dão nomes às ruas, e de outras, como os Puris e os Botocudos que, segundo os registros da história do município, eram povos que viviam em Cachoeiro de Itapemirim antes da chegada dos exploradores estrangeiros (MARINS, 1920). Portanto, reforçamos que o resgate da história desses povos favorece não só a tomada de conhecimento sobre as origens da cidade, como oferece aos cidadãos a oportunidade de desfrutar do conhecimento sobre a cultura e os costumes dos povos originários que tanto contribuíram para a formação do Brasil atual.

Partindo das ruas com nomes indígenas, chegamos à Praça Gastão Pim, onde, inicialmente, indagaremos: por que, apesar de receber a denominação de praça, não há no local a ocupação daquele espaço como ambiente de encontros coletivos? Quem foi Gastão Pim e por que ele dá nome à praça? Quem foram os primeiros moradores do bairro Aquidaban? De que forma o conhecimento sobre tais aspectos históricos sobre o bairro podem servir como material educativo para os estudantes da escola Inah Werneck e demais moradores do município, sobretudo do bairro Aquidaban e bairros vizinhos?

Já mencionamos que, de acordo com um familiar de Gastão Pim, este foi afilhado de Anacleto Ramos e teria recebido dele um lote da antiga fazenda. Anacleto, por sua vez, era casado com Carly Levy, herdeira da Fazenda Aquidaban. Juntos, Carly e Anacleto promoveram o desmembramento da fazenda a partir da venda de lotes. Na figura 56, vemos um anúncio publicado na “Revista Cachoeiro de Itapemirim: uma publicação diferente”, de 1939, organizada pelo poeta Newton Braga, onde vemos o registro da venda dos lotes que originaram o atual bairro.

A partir do conhecimento deste anúncio, podemos supor que no ano de 1939 tenha começado a se formar o bairro Aquidaban, a partir da venda de lotes feitas pelos proprietários, Carly e Anacleto. Além disso, percebemos que Gastão Pim teve um papel fundamental nesse processo, pois era o vendedor autorizado desses lotes. Constatamos, portanto, que por ser afilhado de Anacleto Ramos, Gastão Pim recebeu parte do lote da antiga Fazenda Aquidaban e, posteriormente, quando da construção da praça, fora homenageado com seu nome dado a ela

Figura 56 – Anúncio de venda de lotes no Parque Aquidaban



Fonte: Revista Cachoeiro de Itapemirim, uma publicação diferente (1939).

CAPÍTULO IV

Continuando nosso trajeto, após saída da Praça Gastão Pim, atravessaremos a Ponte Guadalajara em sentido à Avenida Beira Rio, no ponto que consideramos ser a parte final da Avenida, no bairro Guandu, visto que as obras começaram no bairro Centro. Convidamos os participantes a observarem o entorno, a começar pela rotatória na Praça Anísio Ramos, que dá acesso ao bairro Vila Rica (antiga Fazenda Cachoeira Grande), ao bairro Guandu (antiga Fazenda Cobiça), ao bairro Ilha da Luz e à Avenida Beira Rio. Na figura 57, vemos uma fotografia da rotatória na Praça Anísio Ramos.

Figura 57 – Praça Anísio Ramos



Fonte: Google Maps, 2017.

Na figura acima vemos à direita a subida para o bairro Vila Rica. Seguindo reto, em direção ao prédio verde ao fundo, está a Avenida Beira Rio. À esquerda, onde sai um carro preto, é o acesso à Ilha da Luz. Sobre essa parte do trajeto, questionaremos sobre o fato de, apesar de receber o nome Praça Anísio Ramos, não há no local uma praça, e nem menção a quem foi Anísio Ramos.

Em nossas pesquisas descobrimos que Anísio Ramos foi irmão de Anacleto Ramos, e que Anacleto teria doado uma parte das terras que possuía da Fazenda Aquidaban para o irmão. As terras que Anísio ocupou originaram a Fazenda Cachoeira Grande, hoje bairro Vila Rica. Além disso, o nome de Anísio foi dado a uma escola da cidade. Ainda se encontra no bairro a antiga casa de Anísio Ramos, em destaque na figura 58.

Figura 58 – Casa de Anísio Ramos no bairro Vila Rica em Cachoeiro



Fonte: acervo da autora, primavera de 2021.

Ao chegarmos próximo à Praça Anísio Ramos, provocaremos questionamentos tais como: quem foi Anísio Ramos? Por que, apesar de receber a denominação de praça, não há uma praça destinada ao uso coletivo no local? Há relevância no conhecimento de quem foi Anísio Ramos para a história de Cachoeiro? De que forma essas informações aproximam a população da história da cidade e como podem servir como conteúdo educativo para os estudantes, sobretudo da escola Inah Werneck?

Saindo da Praça Anísio Ramos, ao chegarmos na Avenida Beira Rio, sugeriremos a observação da paisagem natural que a cerca, composta pelo rio Itapemirim, principalmente. Nesse momento, podemos considerar a estação do ano para percebermos o rio. Observaremos, também, se há pessoas utilizando-o para pesca, ou ao calçadão da Avenida para atividades físicas ou de lazer. Ademais, analisaremos a atividade mercantil que cerca a Avenida Beira Rio, buscando relacioná-la aos aspectos comerciais tradicionais do bairro Guandu. Além disso, podemos propor uma reflexão sobre a não preservação de informações das antigas locomotivas que percorreram a cidade. Não há, por exemplo, nenhuma porção preservada da estrutura delas.

Por fim, refletiremos sobre a obra de reforma de parte do calçadão e sobre os benefícios dela para a população, sem deixar de questionar o motivo pelo qual não vimos ações que buscassem preservar as pedras portuguesas da construção original, já que elas ajudam a contar a história de uma época

Nesse primeiro trajeto apresentado, partimos da escola Inah Werneck, passando pelas ruas Cariri e Parecis, onde problematizamos a falta de informações sobre quem foram esses povos originários e qual sua relação com a cidade de Cachoeiro, sobretudo com o bairro Aquidaban. Nas duas rotatórias pelas quais passamos, a da Praça Gastão Pim e a da Praça Anísio Ramos, buscamos compreender quem foram os homens homenageados e quais suas possíveis contribuições para a história da cidade e do bairro. Além disso, questionamos o fato de, apesar de serem praças, esses dois ambientes não são ocupados como tal, o que configura uma contradição do espaço. Já no final do nosso trajeto, na Avenida Beira Rio, indagamos sobre a história de sua construção e sobre a reforma pela qual passou em 2020, que não preservou a estrutura original do calçadão, além de não promover a valorização histórica, ambiental e cultural da região. Também pensamos no rio Itapemirim, em sobre como ele serve à cidade e à população e sobre sua importância histórica e ambiental.

Apresentamos a seguir Tamara, uma das cidades descritas pelo mercador italiano Marco Polo ao imperador mongol Kublai Khan, em Cidades Invisíveis, do escritor cubano por Ítalo Calvino:

As cidades e os símbolos

1

Caminha-se por vários dias entre árvores e pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa: a pegada na areia indica a passagem de um tigre; o pântano anuncia uma veia de água; a flor do hibisco, o fim do inverno.

O resto é mudo e intercambiável – árvores e pedras são apenas aquilo que são.

Finalmente, a viagem conduz à cidade de Tamara. Penetra-se por ruas

cheias de placas que pendem das paredes. Os olhos não veem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas: o torquês indica a casa do tira-dentes; o jarro, a taberna; as alabardas, o corpo de guarda; a balança, a quitanda. Estátuas e escudos reproduzem imagens de leões delfins torres estrelas: símbolo de que alguma coisa – sabe-se lá o quê – tem como símbolo um leão ou delfim ou torre ou estrela. Outros símbolos advertem aquilo que é proibido em algum lugar – entrar na viela com carroças, urinar atrás do quiosque, pescar com vara na ponte – e aquilo que é permitido – dar de beber às zebras, jogar bocha, incinerar o cadáver dos parentes. Na porta dos templos, veem-se estátuas dos deuses, cada qual representado com seus atributos: a cornucópia, a ampulheta, a medusa, pelos quais os fiéis podem reconhece-los e dirigí-lhes a oração adequada. Se um edifício não contém nenhuma insígnia ou figura, a sua forma e o lugar que ocupa na organização da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a casa da moeda, a escola pitagórica, o bordel. Mesmo as mercadorias que os vendedores expõem em suas bancas valem não por si próprias mas como símbolos de outras coisas: a tira bordada para a testa significa elegância; a liteira dourada, poder; os volumes de Avernois, sabedoria; a pulseira para o tornozelo, voluptuosidade. O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber. Do lado de fora, a terra estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm as nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante...

Ao ler Tamara somos convidados a pensar sobre as simbologias que envolvem a cidade e em sobre como os elementos simbólicos dispostos nela influenciam a nossa forma de vê-la e compreendê-la. Diante de tal reflexão, convidamos os professores a indagarem: quais símbolos estão presentes na Avenida Beira Rio? O que eles nos levam a pensar sobre a cidade? Por quem esses símbolos foram construídos? Com quais intenções? O que esses símbolos escondem? E o que revelam sobre a cidade? Como utilizá-los para compreendermos o processo de formação da Avenida Beira Rio?

Acreditamos que ao suscitar esses questionamentos, tendo como suporte o texto de Calvino, aproximamos o olhar do docente da arte de escrever a cidade com o olhar que é ao mesmo tempo crítico e delicado, capaz de perceber as intencionalidades e sutilezas por trás dos signos inseridos na cidade.

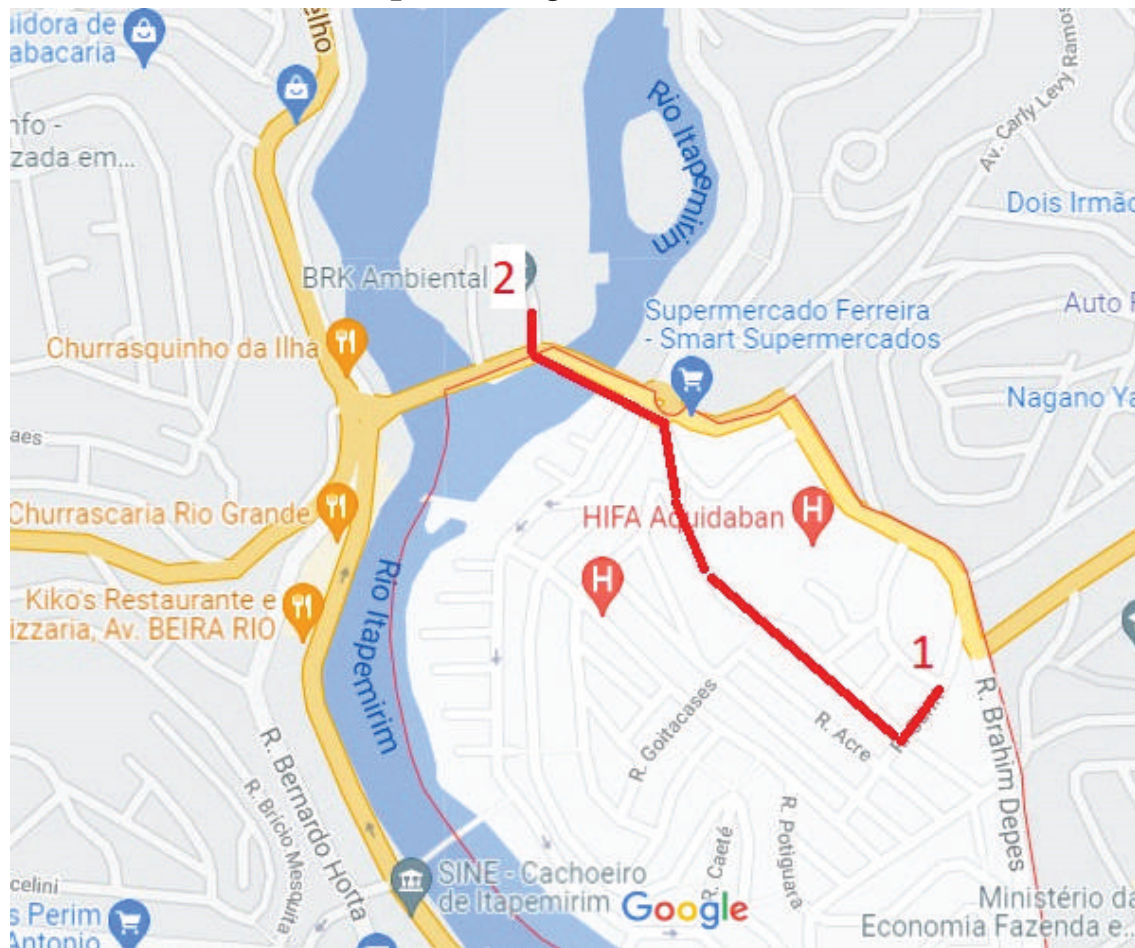
VIAGEM FORMATIVA 2: ILHA DA LUZ E AVENIDA CARLOS LINDENBERG

Na segunda proposta de Viagem Formativa, partimos da escola Inah Werneck com destino à Ilha da Luz e à Avenida Carlos Lindenberg. Como se tratam de dois espaços que compõem o lado B, dividimos em dois momentos, que poderão ser realizados no mesmo dia.

Tanto para chegar à Ilha da Luz, quanto para acessarmos a Avenida Carlos Lindenberg, percorremos as mesmas ruas do primeiro trajeto: Cariri e Parecis, no bairro Aquidaban e também passamos pela Praça Gastão Pim, espaços já percorridos na primeira Viagem Formativa.

O primeiro momento da Viagem Formativa 2 consiste na visitação à Ilha da Luz. Para chegarmos nela, passamos pela Ponte Guadalajara, e acessamos a Ilha pela mesma entrada que dá acesso à empresa BRK Ambiental. Vemos no mapa 8 a representação desse trajeto, onde o número 1 localiza a escola Inah Werneck, e o número 2, a Ilha da Luz.

Mapa 8 – Viagem Formativa 2



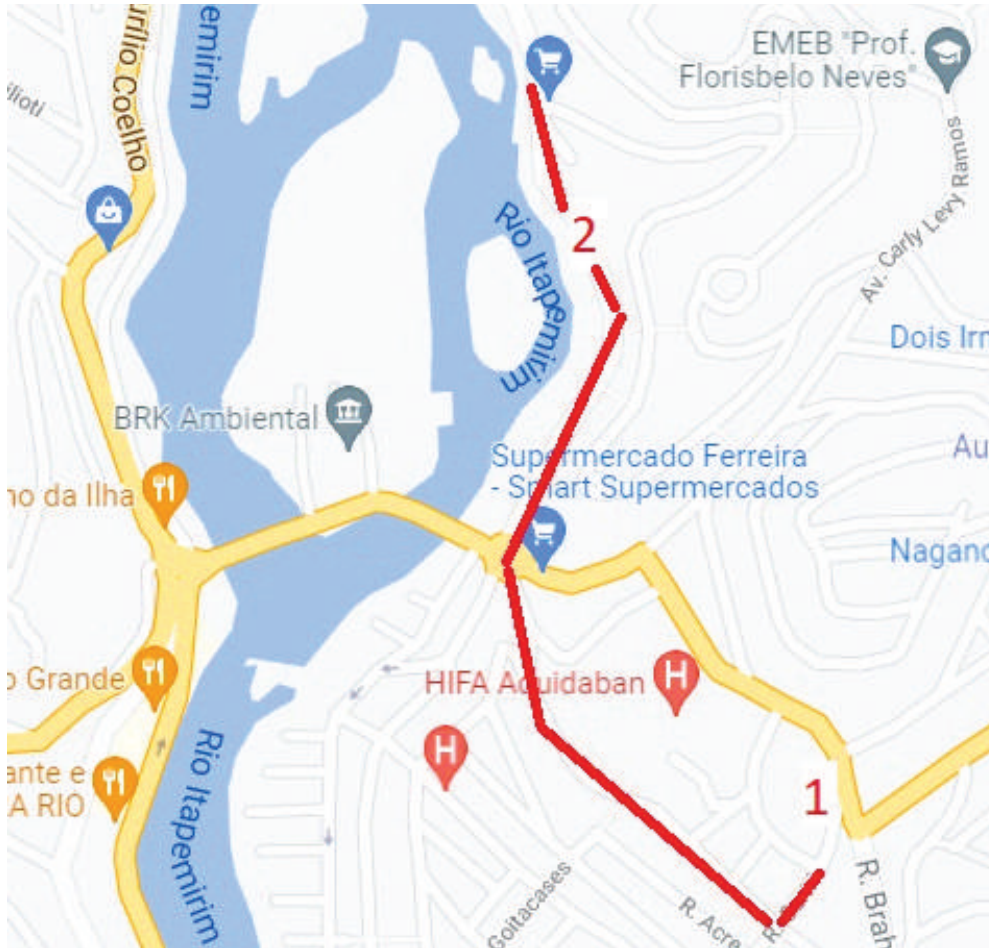
Fonte: Google Maps, 2021.

Ao entramos na Ilha, estabelecemos a relação entre os espaços planejados pela ação humana e os ambientes naturais que os cercam. Através desse exercício, buscamos despertar o olhar crítico para questionar a forma como a Ilha da Luz foi pensada e construída, indagar sobre as intenções do projeto original e sobre futuros projetos, como o do parque urbano da Ilha da Luz.

Outro ponto importante de destaque é para a Fábrica de Pios, localizada dentro da Ilha. Já mencionamos que o estado da Fábrica não favorece à visitação educativa. Por isso, cabe pensar quais possíveis ações precisam ser desenvolvidas pelo poder público para que a Fábrica de Pios possa ser utilizada pela população da cidade. O potencial educativo da Ilha da Luz é inegável quando conhecemos seu espaço natural e a Fábrica de Pios. Natureza e espaço citadino se misturam nela. Procuramos, a partir dessa percepção, promover questionamentos sobre o motivo de ainda não terem sido implementadas ações que buscassem aliar esses elementos em prol da coletividade. Em suma, buscamos entender por que motivo a Fábrica de Pios não recebe investimentos públicos para sua preservação, manutenção e ações educacionais, visto que é considerada um patrimônio histórico e ambiental da cidade.

Quanto à Avenida Carlos Lindenberg, observamos no mapa 9 o percurso que realizaremos, partindo da escola Inah Werneck até chegar nela.

Mapa 9 – Trajeto em direção à Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: Google Maps, 2021.

Na Avenida Carlos Lindenberg, cabe observar como é o percurso até chegar ao calçadão: boa parte da Avenida não possui calçamento adequado para a passagem dos pedestres levando-os a caminharem pela rua, disputando espaço com os automóveis e demais obstáculos. Além disso, não há visão para o rio Itapemirim, afastando a população do contato, ao menos visual, com ele. Isso significa que a população se vê distante de um dos elementos naturais de maior valor de uso da região.

Na figura 59, podemos ver duas fotografias tiradas do início da Avenida Carlos Lindenberg, onde há uma brecha entre a mata que se forma no local. Notamos o rio Itapemirim e seus cachões, além de parte da empresa BRK Ambiental, ao fundo. Nesse ponto é onde acreditamos ter sido criada a usina hidrelétrica no século XX

Figura 59 – Rio Itapemirim visto da Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, primavera de 2021.

Na figura 60, vemos as ruínas de uma antiga construção que, supomos, pertencia a alguma das antigas estações de tratamento de água. Não obtemos informações sobre ela e sua origem. Também vemos a Ponte Guadalajara ao fundo.

Figura 60 – Ruínas à margem do Itapemirim na Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, primavera de 2021.

A figura 61 mostra uma fotografia tirada do rio Itapemirim na Avenida Carlos Lindenberg durante o outono, onde, além de vermos o rio com o aspecto mais límpido, também notamos um barco de pescador, denotando que ali, ocorre tal atividade.

Figura 61 – Vista do rio Itapemirim da Avenida Carlos Lindenberg



Fonte: acervo da autora, primavera de 2021.

A respeito das indagação que levantamos sobre a Avenida Carlos Lindenberg, destacamos: por que não houve preservação da antiga Fazenda Monte Líbano? Porque não há o resgate da história da família Monteiro Lindenberg pela administração pública municipal e disseminação dessa história à população de Cachoeiro? Também buscamos indagar por que, após a conclusão das obras do calçadão da Avenida, não houve mais investimentos na sua manutenção e preservação, visto o estado em que se encontra atualmente.

Para pensar o lado B sob uma perspectiva artística, recorremos a uma crônica do poeta cachoeirense Newton Braga, chamada O rio Itapemirim:

O rio Itapemirim

Vem apressado para Cachoeiro, desviando-se dos empecilhos, buscando o caminho mais fácil. Vem pela cidade abaixo, em grandes curvas caprichosas, rasgando-se contra as pedras, contra as ilhas verdes. Detém-se um pouco, quase lago, a epiderme arrepiada pela brisa que sopra em rumo contrário ao seu. Multiplica-se entre os pilares da ponte e segue, nervoso e rápido de um lado, preguiçosamente de outro lado das ilhas que se sucedem. Espraia-se, depois, com o ar sério de quem está fora de horas. Está a cidade ficando para trás: as ilhas, as pedras, as lavadeiras, os tiradores de areia de seu leito. Dá de frente então com o Itabira. Quase que se detém novamente: a imponência do espetáculo ou a tristeza de deixar sua cidade, a cidade que ajudou a criar e que ajuda a viver? Uma curva brusca, a última. Segue. É destino de água corrente. É a embaixada que vai para o mar.

De vez em quando, porém, o rio cresce sobre a cidade, brutal, arrasador. A força irresistível de suas águas carrega árvores, casas, lavouras, vidas humanas. Todos o olham, então com o temor supersticioso com que deveriam os antigos povos bárbaros receber terremotos e tempestades: ódios desencadeados e incontáveis de deuses rancorosos e vingativos. Cessam as atividades normais de cada dia. O rio está subindo. Já entrou pelas ruas. É preciso atentar no volume crescente de suas águas, registrar, através de marcas e medidas, as oscilações de seu nível, numa expectativa ansiosa.

Das maiores enchentes de que se há notícia, a mais antiga foi a de 1873. Em março desse ano o Itapemirim invadiu as ruas da vila de

de Cachoeiro, entrando pelas casas e armazéns, derrubando tudo que lhe obstruísse a caminhada. Para se calcularem as proporções que o rio atingiu basta saber que um dos vapores que ligavam Cachoeiro a Barra de Itapemirim andou pelas ruas para auxiliar trabalhos de mudança.

Dois anos depois, novamente o rio tomou as ruas, causando prejuízos enormes, tendo o nível das águas ido além do atingido na enchente anterior. Consequência verificável, ainda hoje, dessas enchentes, é a grande casa que existe na rua 25 de Março, fazendo esquina com a rua Machado: construída em 1876 sobre um alto muro de pedras, para evitar os efeitos das inundações.

De 1900 para cá, por três vezes o Itapemirim fez sentir, com violência maior, seu terrível poder.

De 16 para 17 de janeiro de 1907 as ruas foram invadidas pelas águas, que se elevaram consideravelmente.

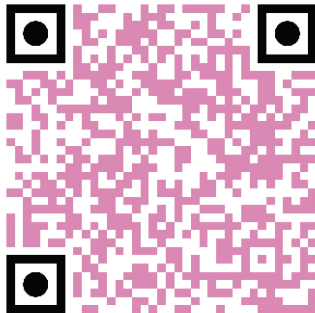
A 30 de dezembro de 1933 o rio subiu cinco metros e trinta centímetros de seu nível médio, aumentando de 1.200 metros cúbicos por segundo a vazão de suas águas, sendo a inundação marcada por dramáticas ocorrências: vários desabamentos de casas, mortes por afogamento, centenas de mudanças, prejuízos de grande vulto.

Em 1937 verificou-se nova enchente, maior que todas as anteriores, neste século.

Ao lermos a crônica de Newton, percebemos o cuidado e apreço com que o poeta descreve as características do rio Itapemirim, atributo de quem exercita o olhar, de quem observa com zelo e transmite os sentimentos em delicadas palavras. Além da admiração, Newton também fala das formas que o rio assume, principalmente quando em períodos de cheia. À medida que o rio transborda, a cada ano mais e mais, componentes naturais e costumes populares se esvaem: as ilhas, as pedras, as lavadeiras. Newton descreve as

enchentes de seu tempo, as que o povo cachoeirense viu de perto e que consideraram mais devastadoras. Se vivo, poderíamos idealizar: o que diria o poeta do rio Itapemirim de hoje? O que diria sobre o uso que fazemos dele? O que diria da enchente de 2020? Além disso, o que pensaria Newton e seus contemporâneos se aqui estivessem e percebessem que as cheias do Itapemirim estão cada vez mais agressivas?

Sugerimos a websérie produzida pelo Grupo Autuação, chamada Corpo Rio, como suporte para exercitarmos nosso olhar sobre o rio Itapemirim. No episódio que selecionamos, o grupo realiza performances pelo rio próximo à Avenida Beira Rio e Ilha da Luz.



Nas duas propostas de Viagens Formativas que apresentamos, buscamos revelar aos leitores, através de visitas mediadas pela cidade, as potencialidades de uso dos espaços visitados, sem deixar de provocar, também, questionamentos sobre os conflitos e as contradições que anunciamos.

[...] o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material.

Henri Lefebvre

Este material educativo foi idealizado, principalmente, para os professores de Cachoeiro de Itapemirim, sobretudo para os da escola Inah Werneck que queiram conhecer um pouco mais sobre a história do município e buscam entender, de forma crítica, como os espaços da cidade podem contribuir para uma formação social mais humanizada. Contudo, se estende a toda e qualquer pessoa interessada em conhecer e compreender a cidade através da ótica da Educação na Cidade e do Direito à Cidade.

Ao apresentarmos os lados A e B como ambientes potencialmente educativos, acreditamos termos conseguido propor uma saída pedagógica às atuais relações socioeducacionais tão mecanizadas pelo sistema vigente. Nessa perspectiva, acrescentamos o conceito de Viagem Formativa e propomos roteiros mediados por educadores pela cidade. Durante os trajetos, observamos a cidade para além de sua aparência e percebemos significados e simbologias explícitas e veladas no ambiente citadino. Buscamos, por meio da compreensão desses elementos e dos conflitos e contradições que desvelamos, aplicar os aprendizados adquiridos à prática docente e compartilhá-los com outros professores, para que cada vez mais, outros educadores possam despertar olhares contra hegemônicos sobre a cidade.

Consideramos ser extremamente importante que mais e mais professores tomem para si novas formas de educar, atuando como

mediadores além dos muros da escola, de forma que possam contribuir para provocar nos estudantes novas percepções sobre o ambiente em que vivem, no sentido de concebê-lo como produto de uma obra humana coletiva, totalmente suscetível a apropriação e modificação de seus espaços.

Ao realizarmos os estudos para a concretização deste material educativo, percebemos o quanto é escassa e esparsa a produção histórica sobre Cachoeiro de Itapemirim, sobretudo sobre os lados A e B. Consideramos isto um fato perigoso, pois é por meio da desinformação que ocorrem as mais diversas formas de manipulação e manifestações de desigualdades sociais. Diante dessa constatação, consideramos essencial que educadores, estudantes e demais interessados se apropriem deste material a fim de pensar e agir na cidade através de uma perspectiva questionadora do presente e da história.

Acreditamos que juntas, as estratégias de Educação na Cidade e Direito à Cidade, representam importantes agentes para a promoção de mudanças significativas nos âmbitos social e educacional. São elementos que têm a capacidade de transformar a realidade se passarem do campo da teoria para a prática, para a ação. Afinal, a filosofia expressa nas duas estratégias adquire força quando formulada para a realização. Esta é a finalidade da Educação na Cidade ao propor, através da mediação do professor, que a cidade seja vista, estudada e explorada de uma forma contra hegemônica. A práxis também é a finalidade do Direito à Cidade, pois segundo Lefebvre (2001) a realização da filosofia só se dará com uma completa transformação social e política da forma como o ser humano se apropria da cidade, “[...] a revolução teórica e a transformação política

andam de mãos dadas” (LEFEBVRE, 2001, p. 136).

Para Lefebvre, o Direito à Cidade ainda não se concretizou, ainda está em sua fase utópica, mas em vias de realização. Quanto à Educação na Cidade, as pesquisas desenvolvidas pelo Gepech buscam promover a democratização dos espaços da cidade através de propostas educacionais que ocupem seus espaços. Contudo, sabemos das resistências e barreiras que encontramos pelo caminho que impedem a concretização dessas duas estratégias. Portanto, com base nessas concepções, como última sugestão de produção audiovisual, apresentamos a cena final do filme *La Belle Vertè*, onde os extra terráqueos contam aos habitantes da Terra como é viver fora daqui. Fora da Terra, admite-se uma forma de vida que consideramos utópica, onde os seres convivem de forma harmoniosa entre si e com a natureza. Eles usufruem do meio ambiente com respeito e contemplação. Pensamos ser essa a forma de sociedade mais próxima do que o filósofo francês propôs como aquela que promove o Direito à Cidade.

(Todos os Qr Codes estão reunidos em uma playlist no YouTube, que disponibilizamos no link a seguir: [Produto Educativo - YouTube](#)).



REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Mauro de Araújo. **Rio Itapemirim: sua contribuição para a história**. Monografia – Diretório Regional de Geografia. Secretaria de Viação de Obras Públicas, Vitória. 1955.

BRAGA, Newton. **Histórias de Cachoeiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2011.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 1ª ed.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. **Elementos básicos da teoria marxista del valor**. In: V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005, México. Anales del V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v.11, n.01, 2020, p. 349-369.

CÔCO, Dilza. DELLA FONTE, Sandra Soares. LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Educação na cidade e humanidades: abordagens metodológicas utilizadas pelo GEPECH**. p. 53-89. In: CARVALHO, Leticia Queiroz de. SANTOS, Leonardo Bis dos. (Organizadores). **Metodologias alternativas no ensino de Letras e Humanidades**. 1. ed. - Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, Edifes, 2019. 113 p.

CÔCO, Dilza; CHISTÉ, Priscila de Souza; DELLA FONTE, Sandra Soares; MACÊDO, Érika Sabino. **Educação na cidade: diálogos e caminhos do GEPECH**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

CHISTÉ, P. de S. **Educação na cidade: possibilidades contra-hegêmicas de atuação de professores, mediadores de espaços culturais e educadores sociais**. Revista de Pedagogia Social. 3 (1), 2017, pp. 1-17.

CHISTÉ, Priscila de Souza; SGARBI, Antonio Donizetti. **Cidade educativa: reflexões sobre a educação, a cidadania, a escola e a formação humana**. Revista Debates em Educação Científica e Tecnológica, Vitória, v. 5, n. 4, p. 84-114, dez. 2015.

CÔCO, D.; CHISTÉ, P. S. L (Org.); FONTE, S. S. D. (Org.); MARTINELLI FILHO, N. (Org.). **Educação na cidade: conceitos, reflexões e diálogos**. 1. ed. Vitória: IFES, 2018. v. 1. 360p.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friederich. MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. 19ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

LEFEBVRE, HENRI. **O direito à cidade**. 5 ed. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

_____, HENRI. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro Antigo. Vol I e II. 1ª ed.** Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 1992.

MANSUR, Higner. **Retrato de um ignorante**. Vila Velha: Gráfica Vip. 1997. 1ª ed.

MARINS, Antônio. **Minha Terra e Meu Município**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920. 231p. 2ª ed.

MARINS, Fábio Coelho. **A Fábrica de Pios**. 1ª ed. Cachoeiro de Itapemirim: Editora Gracal, 2019.

MOREIRA, Evandro. **Cachoeiro – Uma história de lutas (Resenha histórica do município de Cachoeiro de Itapemirim). Vol. I (1539 a 1930)**. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2004.

_____, Evandro. **Cachoeiro – Uma história de lutas (Resenha histórica do município de Cachoeiro de Itapemirim). Vol. II (1931 a 1980)**. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2004.

_____, Evandro. **Nosso pequeno Cachoeiro: breve radiografia de Município que já foi Atenas Capixaba**. Cachoeiro de Itapemirim: Editora Cachoeiro Cult, 2014.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

ROCHA, Levy. **Crônicas de Cachoeiro**. Gelsa, 1966.

_____, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial. 1977.

Cachoeiro de Itapemirim: Uma publicação diferente. Revista. Organizador: Newton Braga. Maio de 1938.

Cachoeiro de Itapemirim: Uma publicação diferente. Revista. Organizador: Newton Braga. Junho de 1939.

Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH). Disponível em: <https://agerh.es.gov.br/cbh-itapemirim>. Acesso em: 01/mai, 2021.





Edifes
Acadêmico

Gepech
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Educação na Cidade e Humanidades



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo
Campus Vitória